

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**



MARIA JANAÍNA DINIZ SILVA

**“A MULHER LADO A LADO COM O HOMEM”: O MOVIMENTO DE INTEGRAÇÃO DA
MULHER NO DESENVOLVIMENTO MIMDE E AS APROPRIAÇÕES DO FEMINISMO
EM CAMPINA GRANDE-PB (1970-1972).**

**Campina Grande - PB
Setembro/2015**

MARIA JANAÍNA DINIZ SILVA



“A MULHER LADO A LADO COM O HOMEM”: O MOVIMENTO DE INTEGRAÇÃO DA MULHER NO DESENVOLVIMENTO MIMDE E AS APROPRIAÇÕES DO FEMINISMO EM CAMPINA GRANDE-PB (1970-1972).

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em História, na área de História, Cultura e Sociedade.

Regina Coelli Gomes Nascimento

Orientadora

Campina Grande - PB

Setembro/2015

S586m Silva, Maria Janaína Diniz.
"A mulher lado a lado com o homem": o movimento de integração da mulher no desenvolvimento MIMDE e as apropriações do feminismo em Campina Grande - PB/ Maria Janaína Diniz Silva. – Campina Grande, 2015. 100f.: il. color.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2015.

"Orientação: Prof.^aDr.^aRegina Coelli Gomes Nascimento". Referências.

1. Feminismo – História Cultural. 2. MIMDE (Movimento de Integração da Mulher no Desenvolvimento). 3. Feminismo. 4. Apropriação.
I. Nascimento, Regina Coelli Gomes. II. Título.

CDU930.85:141.72(043)

MARIA JANAÍNA DINIZ SILVA

**“A MULHER LADO A LADO COM O HOMEM”: O MOVIMENTO DE INTEGRAÇÃO DA
MULHER NO DESENVOLVIMENTO MIMDE E AS APROPRIAÇÕES DO FEMINISMO
EM CAMPINA GRANDE-PB (1970-1972).**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para a obtenção do Título de Mestre em História, na área de concentração História, Cultura e Sociedade.

Dissertação avaliada em ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Regina Coelli Gomes Nascimento. PPGH/UFCG
Orientadora

Prof. Phd. Iranilson Buriti de Oliveira. PPGH/UFCG
Examinador Interno

Profa. Dra. Patrícia Cristina de Aragão Araújo. PRPGP/UEPB
Examinadora Externa

DEDICATÓRIA

In memoriam Manuel Gonçalves da Silva.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradecer a Deus por estar comigo nesta caminhada. Aos meus pais, Adriana e Manuel, pelo amor e carinho, pelas palavras de confiança de que tudo iria dar certo. Principalmente meu paizinho que, por motivos de saúde, precisou de minha presença e, ao mesmo tempo, por compreender minhas ausências resultantes da produção deste trabalho.

Ao meu esposo Diogo, companheiro de todas as horas. Obrigada por todo amor e carinho.

Às minhas irmãs, Luciana e Candice, pelo apoio e carinho.

À minha amiga Débora, sempre me incentivando a seguir a carreira acadêmica. Suas palavras macias e suaves me fazem cada vez mais ficar encantada pela pesquisa Histórica.

À minha orientadora, Regina Coelli, pelos conselhos e orientações.

Aos docentes Juciene Ricarte, Iranilson Buriti, Gervácio Aranha, Celso Nascimento, Benjamim Antônio Clarindo pelo aprendizado que não começou apenas no Mestrado, mas sim na Graduação.

Ao Programa de Pós-Graduação em História pela oportunidade conquistada.

À CAPES por financiar a pesquisa e a participação em Congressos.

À UFCG por me conceder a oportunidade de não somente me graduar em História, mas também de me tornar Mestre.

Às mulheres do MIMDE (Movimentos de Integração da Mulher no Desenvolvimento), especialmente Maria Lirida Mendes de Figueiredo, mentora do movimento. Mulheres que mesmo vivenciando uma época de censura para os movimentos sociais, tiveram a ousadia de debaterem acerca da emancipação feminina, propiciando a circulação e o debate do tema na cidade de Campina Grande-PB,

A todos, obrigada!

EPÍGRAFE

*“Asmulheres permitam-me uma exortação,
preparai-vos para a vida: emancipai-vos”.*
(Maria Lúcia Mendes de Figueiredo, 1971).

RESUMO

Em 11 de fevereiro de 1971 realizou-se, em Campina Grande, o Primeiro Encontro Regional do MIMDE (Movimento de Integração da Mulher no Desenvolvimento). O evento de caráter “feminista” tinha por finalidade fazer circular, na cidade, as representações que o feminismo da chamada “Segunda Onda” tinha acerca da mulher; com ênfase nas possibilidades de equiparação do gênero feminino ao gênero masculino. Uma equiparação que deveria dar-se em todos os aspectos: no político, no econômico, no social e no cultural. O presente texto, portanto, problematiza como as mulheres integrantes da citada organização se apropriaram destas percepções feministas e, assim, buscaram, por meio de várias ações, ampliar os espaços de atuação da mulher. Para tanto, fez-se uso de documentos que foram produzidos pelas organizadoras do evento, tais como: requerimentos, ementas, diretrizes, palestras, discursos; assim como outras narrativas da época, especificamente os principais meios midiáticos da cidade: o jornal o Diário da Borborema e o Jornal da Paraíba. Na análise do *corpus* documental, dialogamos com teorias e metodologias que discutem temáticas culturais, com destaque nas práticas de leituras e de apropriações a partir das representações e das ações no cotidiano social, a saber: Roger Chartier e Michel de Certeau.

Palavras-chave: MIMDE; Feminismo; Apropriação.

ABSTRACT

On February 11, 1971 was held in Campina Grande, the First Regional Meeting MIMDE (Movement for Women's Integration in Development). The character of event "feminist" was intended to circulate in the city, the representations that feminism of the "Second Wave" had about women; with emphasis on the possibilities of female to male gender equalization. A match that should give in all aspects: the political, economic, social and cultural. This paper therefore discusses how the said organization members women have appropriated these feminist perceptions and thus sought, through various actions expand the spaces where the woman. For this, use was made of documents that were produced by the organizers of the event, such as applications, menus, guidelines, lectures, speeches; as well as other accounts of the era, specifically the main media means the city: the newspaper Diário da Borborema and the Journal of Paraiba. In the analysis of the documentary corpus, we dialogue with theories and methodologies that discuss cultural issues, with emphasis on practical readings and appropriations from the representations and actions in everyday social life, namely: Roger Chartier and Michel de Certeau.

Keywords: MIMDE; feminim; appropriation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Nancy Sinatra no videoclipe "These boots are made for walking"(Google images, 2015).....	35
Figura 2 - Edifício Rique no centro de Campina Grande na década de 1970 (Fonte: Site CG Retalhos, 2014).....	49
Figura 3: Entrega de Título em Menção Honrosa, pelo Coronel Wilson Ribeiro Raizer à médica Maria Lírida Mendes de Figueiredo. (Fonte: Museu Histórico de Campina Grande, 1971).	50
Figura 4: Representantes feministas internacionais (Fonte: Museu Histórico de Campina Grande, 1971).	50
Figura 5: Discurso de abertura do MIMDE, proferido pela coordenadora do evento, Maria Lírida Mendes de Figueiredo (Fonte: Museu Histórico de Campina Grande, 1971).....	54
Figura 6: A cadeira vazia, simbolizando a ausência da prostituta. (Fonte: Museu Histórico de Campina Grande, 1971).....	60
Figura 7: Mensagem da prostituta, proferida pela universitária Salete Cordeiro. (Fonte: Museu Histórico de Campina Grande, 1971).	61

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

MIMDE - Movimento de Integração da Mulher no Desenvolvimento.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	TRAJETÓRIAS DO MOVIMENTO FEMINISTA: CONCEPÇÕES E PRÁTICAS	27
2.1	A emergência do feminismo.....	28
2.2	O Movimento Feminista de “Segunda Onda”.....	33
2.3	O MIMDE: O feminismo em Campina Grande.....	36
2.4	Campina Grande e os “espaços” para a mulher.....	41
3	“A VERDADEIRA EMACIPAÇÃO”: O DIA DO MIMDE	47
3.1	O MIMDE entre as paredes do “Palace Hotel Campinense”	47
3.2	A solenidade de abertura.....	49
3.3	As conferências... ..	54
3.4	A “outra”.....	59
4	“A ARRANCADA DO PROGRESSO”: AS MULHERES DO MIMDE NA POLÍTICA CAMPINENSE	65
4.1	As articulações das militantes do MIMDE para o Pleito de 1972	68
4.2	Circulação das concepções feministas?	74
4.3	“Caminhadas pelos bairros” e o Conselho de Mulheres	78
4.4	O retrocesso ao progresso.....	80
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	85
6	FONTES	89
6.1	Fontes impressas.....	89
6.2	Fontes iconográficas	89
6.3	Relatos orais.....	89
7	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	90

1 INTRODUÇÃO

Durante as pesquisas para a composição do texto monográfico¹, foi possível se obter acesso a uma documentação que cita a realização de um evento de caráter feminista² ocorrido em Campina Grande no ano de 1971, a saber: o MIMDE (Movimento de Integração da Mulher no Desenvolvimento). A organização, segundo pesquisas realizadas, consistia na representação local de um movimento de mulheres surgido no Rio de Janeiro com a mesma nomenclatura. Tal evento ocorreu no dia 11 de fevereiro de 1971 sob a organização da médica Maria Lírida Mendes de Figueiredo, constituindo-se em uma organização de mulheres feministas e sendo direcionado a repensar as relações de gêneros e os espaços da mulher, especialmente no âmbito público, através da indicação de propostas e concepções que visavam equiparar os gêneros mulher/homem.

Nesse sentido, objetiva-se problematizar como as mulheres que desenvolveram o MIMDE em Campina Grande, leram e se apropriaram das concepções feministas, sobretudo as da chamada “Segunda Onda” - segmento do movimento que vigorava nos anos de 1970. Doravante os seguintes questionamentos norteiam à escrita: O que foi o MIMDE em Campina Grande? Quais as aproximações que o mesmo apresenta para com o feminismo de Segunda Onda e as concepções deste sobre o lugar social da mulher? Quais as representações e as práticas feministas operacionadas pelo MIMDE realizado na cidade? Quais as ações realizadas pelas organizadoras campinenses após o evento?

Assim, ao tratar-se de um estudo que perpassa pela história das apropriações (CHATIER, 2012), o leitor pode questionar o porquê da presente análise não se deter em problematizar as aproximações do MIMDE campinense, ou melhor, suas apropriações para com o MIMDE do Rio de Janeiro, já que este último, enquanto o primeiro evento organizado sob este nome, deu as bases e os suportes para que o movimento local viesse a compor uma “filial”. Deve-se considerar que o ofício do historiador é limitado pela conservação de documentações que trazem as

¹Monografia intitulada “A violência Doméstica contra a mulher em Campina Grande-PB: dados para uma reflexão” (1971-2011).Defendida em dezembro de 2011.

² Considera-se o termo feminista quando aplicado aos sujeitos que compartilham das ideias defendidas pelo Movimento Feminista.

representações de práticas, concepções, cotidianos, etc., daquilo que se propõe discutir. Desse modo, por mais que os eventos tenham uma aproximação histórica explícita, não foram encontradas fontes que se refiram à realização do MIMDE no Rio de Janeiro. Ademais foram obtidas somente fontes que tratam do evento em Campina Grande, com informações esparsas com relação ao evento carioca, sem que fosse possível preservar data, realização, lista de participantes e temáticas das discussões deste evento sede.

O recorte da presente pesquisa abrange o ano que antecedeu o MIMDE em Campina Grande, a saber, 1970, para que se tenha conhecimento das “tramas” que culminaram no acontecimento, bem como: as articulações da mentora, as reuniões com outras militantes, negociações com políticos, órgãos públicos e intelectuais da cidade e de outras regiões. Problematizamos o ano propriamente do evento - especificamente o dia de sua realização, 11 de fevereiro de 1971 - e os aspectos norteadores do mesmo, como: as palestras, os cerimoniais, as falas, as defesas de ideias feministas, as contradições, etc., até o ano de 1972, quando percebemos a desarticulação do grupo por uma série de obstáculos que serão abordados no decorrer do texto, culminando no término do movimento em Campina Grande.

O movimento foi organizado pioneiramente por mulheres cariocas, como fora citado anteriormente e ocorreu, possivelmente, na década de 1960³. Neste primeiro Congresso reuniram-se militantes das mais diversas cidades da federação, dentre eles, a médica campinense, Maria Lírida Mendes de Figueiredo. Pertencente a um grupo privilegiado socioeconômico da cidade de Campina Grande, Lírida tinha acesso não às ideias feministas que circulavam pelas cartografias brasileiras. A mesma era militante e articulada com pessoas influentes, dando-a pertinência para participar de congressos e de reuniões, até mesmo no exterior, associadas às concepções do Movimento Feminista. No decorrer da década seguinte, a médica se tornou, no Nordeste, uma das representantes do movimento, apropriando-se das suas concepções e as inserindo nos espaços campinenses (Jornal da Paraíba, 21 de outubro de 1971).

Posteriormente Lírida tornou-se a mentora do MIMDE em Campina Grande. Algumas informações sobre a médica foram obtidas por meio de conversas informais com pessoas que a conheciam do próprio evento e familiares, a exemplo de sua

³Não foi encontrada documentação que especifique a data de realização do Primeiro Encontro Regional do MIMDE, ocorrido em sua sede no Rio de Janeiro.

prima, a escritora campinense Lourdes Ramalho. Infelizmente não foram obtidas entrevistas oficiais que possibilitariam, porventura, falas a serem discutidas no decorrer do texto, devido à alegação de esquecimento por parte dos informantes supracitados.

Todavia as tais conversas informais nos permite compreender um pouco da história de vida de Lírida, bem como traçar um breve perfil da sua personalidade e, assim, entender as concepções da mesma em torno dos ideais de emancipação e equiparação da mulher. Segundo Lourdes Ramalho, a médica tinha personalidade forte, se dizia independente, lutava e defendia os ideais que acreditava, deixando transparecer que seria uma mulher intelectualizada, que não apenas lia e se informava, mas que vivenciava a prática as leituras que fazia⁴. No que tange a aparência, Lourdes relatou que a mesma demonstrava firmeza, autonomia, imponência e ares de uma mulher moderna: cabelos curtos, elegância e trajes formais. Quando se referia a ela, corriqueiramente, usou o termo “uma mulher a frente do seu tempo” para defini-la. Mas, a que se refere tal alusão? É possível um sujeito comportar-se fora das condições históricas que vivencia? Possivelmente poucas mulheres apresentavam características semelhantes às de Lírida, o que a caracterizava como “incomum” para os padrões paraibanos, ainda conservadores.

Nesse sentido, tais comentários informais repassam uma ideia de que Lírida, ao contrário de outras campinenses, seria uma mulher intelectual cosmopolita. Segundo relatos, para ela não aparentava ser anormal ter a aparência mencionada, organizar e participar de movimentos feministas e, até mesmo, o hábito de morar sozinha. No decorrer da pesquisa foram encontrados alguns documentos judiciais envolvendo-a, incluindo um processo de pensão por morte em nome de um suposto namorado, 35 anos mais novo que a médica (JUDICIAL JFRJ, 2014, 637). Sobre isso, Lourdes Ramalho disse apenas que era comum esse tipo de relacionamento entre a médica e rapazes mais novos, os quais a mesma apresentava como sendo seus filhos adotivos.

Partindo para uma análise do perfil de sua personalidade, pode-se pensar que talvez Lírida temesse sofrer represálias sociais, uma vez que estava inserida em um contexto no qual se esperava que as mulheres fossem donas do lar, casadas

⁴Não foram obtidas informações de quais textos a médica realizava leituras. Possivelmente as leituras de cunho feminista eram contempladas como os principais livros que a mesma lia.

emembros de um modelo chamado “família nuclear” e, no entanto, a mesma não casou, não teve filhos e manteve, possivelmente, esse tipo de relacionamentos com outros rapazes até o fim de sua vida. Ou seja, não buscou se enquadrar dentro dos padrões sociais impostos, demonstrando ser uma feminista convicta das concepções que defendia, vivenciando-as tanto no âmbito público - participando ativamente da vida política, da cidade -, quanto no âmbito privado – em suas relações pessoais.

Ainda em relação ao processo judicial citado anteriormente e, que foi realizado após sua morte⁵, foi obtido informações de que o mesmo se refere a uma relação que a médica tinha com o senhor Carlos Eduardo de Azevedo, 35 anos mais jovem que ela. Este sujeito, buscando herdar os bens e as pensões da mesma, a teria feito assinar, ainda doente, um documento que dizia terem ambos uma união estável. Isto passou a ser questionado, mesmo quando o suposto companheiro já tinha herdado os bens, ao ter surgido um inquérito no qual Lírida dizia não ter tido nenhum relacionamento íntimo com o rapaz. Embora o processo seja finalizado com a condenação do réu, desconfia-se que o relacionamento tenha realmente existido, uma vez que a própria Lírida dizia anteriormente que Carlos Eduardo era seu filho adotivo, entretanto, a ausência de testemunhas que pudessem negar ou confirmar o fato impossibilitam uma conclusão efetiva.

Diante de todos esses acontecimentos relatados, percebe-se que Lírida teve uma trajetória de vida um tanto polêmica, desde o momento em que começou a atuar no movimento de mulheres, até seu óbito, sua rotina foi demarcada por representações e práticas que, até mesmo para a época de sua morte, ainda ocasionavam desconfortos sociais, como por exemplo: ausência de um marido e família, bem como os boatos da permanência de relacionamentos com rapazes jovens, mesmo em sua fase idosa. Todas essas questões pessoais, embora não estejam totalmente incluídas na análise do movimento que ela dirigiu - sobretudo porque estas informações fazem parte de uma *posteriori* –, foram importantes e auxiliaram na compreensão de como se deu a construção e sob quais moldes foram posicionadas as atitudes da principal personagem que fora líder de uma entidade de caráter feminista na cidade de Campina Grande, e que tentou, sem sucesso,

⁵Lírida faleceu em 12 de Janeiro de 2009 aos 77 anos, devido o agravo da doença Leucemia Crônica.

estendê-lo, ainda, para além da temporalidade em que está recortada a presente pesquisa .

O MIMDE se realizou em Campina Grande através de ações que, predominantemente, partiram de Maria Lírda Mendes de Figueiredo, sendo esta considerada mentora do grupo de militância feminista em nível regional. As práticas do movimento se fizeram na cidade por meio de reuniões e da organização e realização do Segundo Congresso Regional do MIMDE (Jornal o Diário da Borborema, 11 de fevereiro de 1971).

Dentre as propostas apresentadas pelo MIMDE tem-se ênfase ao termo “emancipação”. Emancipação é um termo recorrente no “dicionário do movimento de mulheres dos anos de 1970”, aparecendo em constância na documentação que trata do evento. Nos documentos do MIMDE, emancipar-se significava a independência da mulher nas esferas econômica, política, social e cultural. Ou seja, em todas as instâncias que compõe o convívio social dos sujeitos homem/mulher (Diretrizes Básicas do MIMDE, p. 1). Tais questionamentos são identificados anteriormente, mais precisamente no final do século XIX, muito embora em cada época o conceito de emancipação tenha se modificado de acordo com as necessidades e as exigências das mulheres (GONÇAVES, 2003).

Segundo Franco (2012), o Feminismo no Brasil passou por três momentos: o primeiro teria sido a luta pelo voto no movimento sufragista; o segundo teria surgido durante o clima político da ditadura militar, nos anos de 1970, a partir do momento em que as mulheres passaram a discutir a respeito da sexualidade e das lutas de poder entre os sujeitos homem/mulher - contexto no qual se enquadra o MIMDE; e a terceira fase estaria marcada pela participação das mulheres no processo da redemocratização do País. Conforme Pedro (2012), desde que os militares assumiram o governo, as atuações coletivas que se contrapunham a qualquer das diretrizes governamentais e militares, passaram a ser repudiadas nas formas de perseguições, torturas e exílios. Além dos comunistas, os movimentos de mulheres que defendiam concepções feministas eram classificados pelos militares enquanto “agrupamentos” de esquerda, o que acabou acarretando a desarticulação ao termo por parte de muitas mulheres e grupos que se enquadravam como parte deste movimento. Uma representação negada, para que as reuniões e os encontros não fossem perseguidos pelos agentes do governo.

Muitos movimentos, inclusive, se diziam colaboradores das políticas

desenvolvimentistas da época, para que, assim, tivessem os militares como partidários. Este é o exemplo do MIMDE, pois a mentora do evento, embora feminista, negou publicamente tal vínculo para não sofrer as perseguições do regime (Jornal Diário da Borborema, 11 de fevereiro de 1971). Assim, o MIMDE foi um movimento de militância feminista e nacional, que transitou por entre estas duas “fronteiras”: a da aceitabilidade - porque trazia propostas de apoio às políticas desenvolvimentistas, como a importância da profissionalização técnica e superior da mulher para os cargos que necessitavam de sua mão-de-obra⁶; e a da oposição - no sentido de que visava à equiparação dos gêneros não somente por esse viés, permeando os espaços da política e da cultura (CERTEAU, 2012). Espaços que eram interditados de acordo com as maneiras como os militares percebiam as mulheres, ainda como destinadas ao lar, a família e ao espaço privado.

Escrever sobre o citado movimento ocorrido em Campina Grande faz necessário, tanto pela sua relevância social, quanto pela sua relevância histórica e historiográfica. Estudá-lo contribui para que seja repensada as imagens elaboradas para as mulheres e as relações de gêneros como culturalmente construídas, conflituosas, sobretudo quando os lugares dos sujeitos mulher/homem, outrora determinados pelo biológico, são questionados. Além disso, possibilita considerar as leituras plurais e as apropriações diferenciadas que a sociedade construiu do movimento feminista - enquanto organização que buscava eliminar as diferenças de gêneros na vida política/pública e privada, bem como o mesmo pensava a mulher, possibilitando que o movimento apresentasse diversas facetas nas diferentes territorialidades em que circulou (SCOTT, 2005).

A respeito da temática do feminismo na espacialidade campinense, foram encontradas poucas pesquisas sobre o movimento. Isto significa que, possivelmente, o campo da História do Feminismo na Paraíba apresenta lacunas, visto que os escritos historiográficos e, até mesmo, sociológicos pouco abordaram o tema, muito embora a década de 1970 seja profícua para os estudos que direcionam a articular militância, o movimento de mulheres e as questões de gênero. Muitos corpos de mulheres foram mutilados, violentados física e emocionalmente por agirem a favor de concepções classificadas como esquerdistas. Muitas expeliram suor, urina e sangue ao serem torturadas por práticas de uma política ditatorial que

⁶Como os cargos de professora, costureiras nas fábricas, e outras profissões para o feminino que ajudassem no desenvolvimento econômico do País.

esgotou todos os meios possíveis de tormento⁷ para fazer falar vozes que insistiam em silenciar ações de militância.

Dentre as autoras que tratam do feminismo no Brasil, sobretudo, durante a década estudada, destacamos a Heleieth Saffioti com seu livro “A mulher da sociedade de classe: mito e realidade”. Neste clássico sociológico, a autora, numa perspectiva marxista, analisa a experiência feminista, com ênfase no feminismo da “chamada segunda onda”. Mais uma estudiosa do movimento, Rose Marie, com sua obra “Sexualidade da mulher brasileira: corpo e classe social no Brasil” analisou vivências e práticas sexuais em vários Estados da Federação. No que concerne às produções mais atuais, numa espacialidade mais próxima desta pesquisa, tem-se a dissertação da autora Rebeca Sobral Freire, intitulada “*Hip Hop Feminista: Convenções de gênero e feminismo no movimento Hip Hop soteropolitano*”. Neste trabalho é examinada a inserção do feminismo nas práticas de música e de dança, no movimento de raízes negras, denominado *Hip Hop*. Na Historiografia paraibana foi encontrada apenas uma única dissertação para o recorte proposto, que menciona o MIMDE apenas para contextualizar as mudanças em Campina Grande. O foco consiste em analisar a mulher enquanto sujeito agressor ao corpo infantil pela prática do infanticídio. Intitulado de “Entre o sublime nome de mãe e o monstruoso crime: Inventariando práticas de abortos e infanticídios na Paraíba. 1960/1970”, escrita pela historiadora Gilmaria Salviano Ramos.

A leitura dos textos citados, em conjunto com outros que foram utilizados no decorrer da dissertação, deu suporte para lançar outras indagações que serviram de base para a escrita de cada um dos capítulos, tais como: Quais propostas feministas foram elaboradas pelo movimento ao ser apropriado pelas mulheres campinenses? Como o mesmo evento representou a mulher, seu lugar e sua relação com o masculino? O que pretendiam as organizadoras ao realizá-lo numa cidade interiorana? Quais bases feministas o evento legou as mulheres da cidade?

Problematizar tais indagações foi possível pela conservação da documentação impressa que trata do evento, guardada e organizada pela mentora do MIMDE em Campina Grande, a citada médica Maria Lírida Mendes de Figueiredo. A mesma, na primeira década do século XXI, disponibilizou ao arquivo do Museu Histórico de

⁷Para disciplinar e calar aqueles que ameaçavam a política dos militares foram utilizados os meios de tortura como: pau-de-arara, choque elétrico, afogamento, palmatória, entre outros. Para saber mais sobre: <<http://www.documentosrevelados.com.br/nome-dos-torturadores-e-dos-militares-que-aprenderam-a-torturar-na-escola-das-americas/tpos-de-tortura-usados-durante-a-ditadura-civil-militar/>>

Campina Grande a cobertura do evento, realizada pelo Jornal Diário da Borborema, tais como: as atas, pronunciamentos, requerimentos, palestras e as diretrizes do MIMDE, somadas a algumas fotografias que representam as ações dos sujeitos que participaram da solenidade. Ressalto que tais fotos são cópias de fotografias originais não foi obtido acesso ou quaisquer informações a despeito da conservação das mesmas. Desde já, é de conhecimento que a qualidade das imagens é comprometida com problemas para a identificação de cenários e nitidez de rostos.

Em conjunto com essas documentações, foi feito uso de outras fontes que permitiram contextualizar a cidade e as práticas cotidianas das mulheres no período analisado: as edições do Jornal da Paraíba e da Revista Cabo Branco⁸. Doravante, as fontes impressas neste trabalho se destacam por predominarem, sobretudo, quando se refere à própria documentação que foi produzida pelas organizadoras do MIMDE. Por ter ciência da intencionalidade explícita nesta documentação, optou-se por fazer usos de outros documentos que trazem outras versões ou como diz Mauad (2013) outras representações dentre as várias possíveis do passado - isto se referindo às fotografias produzidas pelo Jornal Diário da Borborema e as que foram produzidas pelas organizadoras do evento. Ademais, as fotografias utilizadas como único suporte documental não expressam significado coerente quando não cruzadas com outros documentos (MAUD, 2013).

Assim como as fotografias, inclui-se uma conversa informal e autorizada pela participante do MIMDE, Salete Cordeiro, na época estudante de Direito e participante do Movimento Estudantil de Campina Grande. As conversas foram poucas e restritas pela falta de tempo da entrevistada, que além de ser uma pessoa ocupada, reside em Recife e viaja constantemente. As informações cedidas por esta integrante do MIMDE é um dos caminhos para trazer novas informações, especialmente a respeito dos antecedentes do evento, bem como a atuação das integrantes após o evento. A respeito, Verena (2012) fala que os relatos orais, além de nos informar do passado, principalmente quando este passado é relativamente recente, pode ser utilizado quando encontramos carência de outras fontes que nos permita narrar o passado. Em decorrência de ambos os usos, muitos textos acadêmicos atuais se utilizam, unicamente, desse *corpus* documental para

⁸A revista Cabo Branco será analisada no III capítulo deste trabalho.

responderem as suas problematizações. Apesar disso, foram encontradas dificuldades para entrevistar as demais participantes do evento, porque algumas contemporâneas se recusaram a falar sobre o assunto, a exemplo da Lourdes Ramalho, que atestou ter lapsos de memória. Tais lapsos, segundo Verena (2013), impossibilita o pesquisador no ato de colher informações e, portanto, deve ser considerado como parte nesse exercício de colher memórias, especialmente quando o entrevistado possui uma idade avançada, a exemplo de prima da Lírida que, possivelmente, apresenta mais de 90 anos. A somar, ocorreu há aproximadamente 6 anos o falecimento de Maria Lírida Figueiredo, que caso viva, muito teria a dizer.

Essas fontes, produzidas nos anos de 1970 e, portanto, contemporâneas ao evento são entendidas a partir da concepção de Certeau (2012) a respeito de fonte e de documento. Para o citado historiador, a fonte é o vestígio do passado, uma pequena representação de algo já acontecido que nos chega como legado. O mesmo passando ao patamar de documento quando problematizado, contextualizado, analisado, “dissecado”, haja vista que nenhuma fonte falar por si só, mas a partir das indagações que o historiador lança, no ato de examiná-lo, o transformando em documento. No trato às fontes, faz-se esse trajeto proposto por Certeau (2012): o de pensar o lugar de produção, quem produziu seus propósitos, para quem está direcionado, o que aparece evidente e subtendido ou mesmo silenciado nos documentos, para que se seja possível rerepresentar ao leitor o pouco do que se chegou a respeito deste evento. Autores que compartilham desta forma metodológica de análise de fontes, tais como: Mauad, (2013) para a fotografia, De Luca (2010), para os impressos e Verena (2012), para os relatos orais, deram suporte no proceder da análise do *corpus* documental.

O trajeto teórico-metodológico desta pesquisa se insere na perspectiva da Nova História Cultural, especificamente a partir das contribuições de Roger Chartier e Michel de Certeau. A partir das concepções de Chartier (1980), a ótica das representações se apresentou como mais um dos caminhos para aqueles que pretendem conceber como “uma dada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1980, p. 17). Inclusive entender as percepções do feminino, a partir de apropriações de concepções feministas que reivindicam a equiparação dos gêneros, repensando os lugares sociais e culturais da mulher. As representações para este historiador consistem em:

(...) a apreensão do mundo social como categorias fundamentais de percepção e de apreciação do real. Variáveis consoante de classes ou os meios intelectuais são produzidas pelas disposições estáveis e partilhadas, próprias do grupo. São estes esquemas intelectuais incorporados que criam as figuras graças às quais o presente adquirir sentido, o outro tonar-se inteligível e o espaço ser decifrado (CHARTIER, 1980, p.17).

As representações, assim compreendidas, a partir da definição de Roger Chartier, permitem compreender as formas de percepção ao feminino pelas militantes, por meio do MIMDE. As percepções serviram de justificativa para a defesa nas concepções de equiparar os gêneros e emancipar a mulher, por meio de novas práticas comportamentais. São os seus “efeitos de verdade”, das representações, que proporcionam novos lugares, outras identidades ao feminino.

Tais olhares sobre a mulher, defendidos por Lírida e as demais participantes do evento, em muito se assemelham ao modo como o feminismo de segunda onda pensa e representa a mulher. Desse modo, o MIMDE realizado em Campina Grande, fez circular as concepções feministas em voga, consistindo, portanto, em leituras e apropriações do que as feministas divulgavam em reuniões e em grupos de reflexões. Em decorrência disso é pertinente o uso dos conceitos de leitura e de apropriação também elaborados por Chartier para que se consiga entender o MIMDE em Campina Grande, a partir das aproximações para com o Movimento Feminista da chamada “Segunda Onda” e suas particularidades.

Assim sendo, a leitura consiste num ato de procura, uma prática criativa que inventa significados e conteúdos singulares, não redutíveis às intenções dos autores dos textos ou dos produtores dos livros. Por isso, o que Chartier (1980) conceitua de apropriação, que é a produção de sentidos da leitura, está imbricada ao ato da invenção e da criação, mas regrada por envolver dois mundos, o do texto e o do leitor (CHARTIER, 1980). Doravante, ambos os conceitos são pertinentes no entendimento das práticas comportamentais realizadas pelas mulheres da “elite” campinense, haja vista que essas práticas são mediadas pelas leituras que estas realizam dessas concepções que circulam. As fontes demonstram que as mulheres mesmo se apropriando dessas novas ideias, realizando novas práticas comportamentais, ainda apresentam junto a essas novas ideias e comportamentos, valores conservadores. As ideias feministas, portanto, convivem junto com o

tradicional, demonstrando que seu lugar sociocultural influencia na leitura e na apropriação dessas ideias. Isto também ajuda a compreender os entraves que as ideias defendidas por Lírida e as demais, apesar de circularem, nem sempre foram aceitas, mesmo tomadas por embasamento a política desenvolvimentista, sendo o âmbito da política o entrave mais importante.

Por fim, dialoga-se com Michel de Certeau (2012), especificamente sua concepção de espaço, enquanto uma geografia de ações físicas, de caminhadas, de leituras, de risos, de argumentos, de gestos, mas também de narrativa, de lugar praticado, narrado, noticiado pelos periódicos, pelas diretrizes, pelas ementas, palestras e demais práticas enunciativas a respeito do evento. Um conceito que deu pertinência para narrar o dia do evento, seu cotidiano, as ações posteriores.

O texto se apresenta dividido em três capítulos. No primeiro, “Trajetórias do feminismo: concepções e práticas” foi historicizado o movimento feminista, as primeiras reivindicações das mulheres e as particularidades que o movimento foi adquirindo no decorrer das décadas; e como tais ideias foram sendo apropriadas pelas feministas que participaram do MIMDE contextualizando essas leituras, com as condições sociais, culturais, econômica e políticas, da cidade.

Em “A verdadeira emancipação: O DIA DO MIMDE” problematizou-se o dia do evento, as solenidades de abertura, as palestras, mensagens, homenagens, os convidados, a plateia, analisando o que tais dizeres traziam a respeito da emancipação da mulher e da equiparação dos gêneros. No terceiro e último capítulo, “A arrancada do progresso: as mulheres do MIMDE na política campinense” foram analisadas as atividades que as integrantes do MIMDE se direcionaram após a realização do evento. Atividades que buscaram tornar realizáveis as ideias que foram discutidas pelo movimento, tendo como foco viabilizar a emancipação da mulher, a equiparação entre os gêneros, a partir da inserção das participantes na política campinense.

A presente pesquisa, desse modo, está inserida no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande, especificamente na linha Cultura, Poder e Identidade. Visto que a linha estuda e pesquisa temáticas culturais, com ênfase nas relações de poder e a questão das identidades, podendo o pesquisador articular tais temáticas culturais, as práticas e representações no cotidiano social, as sensibilidades e as relações de gênero. Ao

serem eleitos alguns desses aspectos como norteadores desta pesquisa, entende-se ser a mesma competente de está inclusa na referida linha, no referido programa.

Assim, considera-se esta pesquisa relevante para a história do Movimento Feminista, pelo olhar diferenciado que realiza ao articular um movimento de mulheres, enquanto meio de circulação e apropriação de ideias feministas que modificaram formas de pensar e de agir dos sujeitos mulher/homem. Mudanças que, na contramão das conquistas, intensificaram a possibilidade de mulheres e homens se igualarem a nível social, cultural, econômico e político. Enquanto movimento não estudado, nem mesmo no campo da história, necessita ser analisado pelas relevâncias, até o momento, apresentadas.

2 TRAJETÓRIAS DO MOVIMENTO FEMINISTA: CONCEPÇÕES E PRÁTICAS

Lírida era mentora de tudo (...). Muito feminista, fazia as reuniões em seu apartamento e chamava meninas novas, assim como eu, na época. Ela discutia, falava e elaborava as ideias feministas, imagina Janaina... Naquela época falar em feminismo em Campina Grande? Ela era muito determinada! Nunca vou esquecer. Lembro-me do café Nescafé que ela fazia para nós nas reuniões [risos]. Ela esquentava a água e fazia, Janaina. Nunca me esqueci do gosto do café, imagina? [risos] Eu nunca tinha tomado Nescafé⁹.

Em plena década de 1970 muitos grupos que eram classificados como de esquerda, dentre estes as organizações feministas, se utilizavam de encontros “às escondidas” para debaterem e defenderem suas concepções. Este era um dos procedimentos praticados pelos sujeitos ditos “esquerdistas” para que as atividades que desempenhavam não fossem descobertas pelos agentes do governo militar, especificamente, na gestão do então presidente Emílio Garrastazu Médici, haja vista que as práticas militantes eram entendidas como complô de oposição ao governo situacionista e que, quando desvendadas, ocasionavam perseguições, torturas e exílios (COLLING, 2010).

A médica Maria Lírida Mendes de Figueiredo estava ciente desses riscos e não por acaso organizava reuniões¹⁰ em sua própria residência, no intuito de tornar as ideias feministas, que lia e se apropriava, conhecidas por outras mulheres pertencentes “à elite” da cidade de Campina Grande. Nos finais das tardes, o seu apartamento, localizado no centro da cidade¹¹, mais precisamente no Edifício Rique, era preenchido por risos de adolescentes e mulheres adultas, que iam não somente para provarem pela primeira vez o sabor do então lançado Nescafé, como relatou a entrevistada Salete Cordeiro, mas também, para ouvirem e discutirem, junto à mentora, as condições das mulheres em Campina Grande, a história das lutas das mulheres e as possibilidades de as mesmas se equipararem aos homens.

Desse modo, em meio a goles adocicados de café, Lírida e suas convidadas produziram uma proposta que visava promover na cidade um evento em defesa da emancipação da mulher. A partir de encontros secretos, as mesmas leram se apropriaram e construíram significações ao MIMDE, em reuniões que ocorreram, rotineiramente, pelos dias da semana que se sucederam, no ano de 1970. Realizado

⁹Entrevista cedida pela participante do MIMDE, Salete Cordeiro.

¹⁰ Para não chamar atenção, essas reuniões, aparentemente, seria um café da tarde.

¹¹ O edifício localizava, e localiza-se ainda hoje, na Rua Venâncio Neiva.

em fevereiro de 1971, o evento se inseriu como parte das lutas de mulheres em nível local se tornando, a *posteriori*, como parte da História do Feminismo na Paraíba. Destarte, no presente capítulo serão analisadas as distintivas fases do Movimento Feminista e como as concepções foram circulando e sendo apropriadas no Brasil (PEDRO, 2012). Com isso, o movimento será problematizado, contextualizado de modo que o leitor possa perceber como as ações feministas “tomaram corpo”, ao se chegarem em Campina Grande, sendo lidas e apropriadas pelas mulheres que organizaram o MIMDE.¹²

2.1 A emergência do feminismo

A luta pela emancipação da mulher passou a ter visibilidade quando algumas europeias começaram a questionar sua condição na sociedade, especificamente a de sujeito do lar e da casa. O espaço privado, portanto, reservado ao gênero feminino até mesmo no decorrer do século XIX, correspondeu à primeira cartografia questionada pelas mulheres que pioneiramente, no Ocidente, contestavam esta posição social e cultural: as alemãs, inglesas, etc. As mesmas tinham por obrigação “natural” cuidar da casa, dos filhos e do marido, a condição social que ela tinha na sociedade se dava por meio do casamento. Esta, quando solteira, vivia sob tutela do pai e, ao se casar, o marido era o responsável por todos os seus atos. Segundo Gonçalves (2006) por muitos anos o espaço privado foi o lugar de representação do feminino. No Século XIX esta inquietação começou pela insatisfação das mulheres a respeito de tal restrição, as mesmas questionando o espaço que lhes foi dado, reivindicando novas posições para si. Uma das primeiras reivindicações, no século XIX, foi questionar o porquê de apenas os homens participarem da vida pública, política e cultural, e as mulheres não.

Ainda para Gonçalves (2006), as mulheres não tinham direito ao voto, nem tão pouco poderiam se ater a exercerem qualquer profissão¹³. Logo, o voto, até o final século XIX, era um privilégio de poucos, de homens. Negros, mulheres e pessoas das camadas populares estavam excluídas de participar do espaço público

¹²Movimento de Integração da Mulher no Desenvolvimento.

¹³ Tanto para Gonçalves (2006) quanto Perrot (1988) as profissões cabíveis as mulheres, até meados do século XIX, corresponderam as de educadoras (para as letradas e elitizadas) e operárias (pobres e pouco ou nada alfabetizadas).

através do voto, na cultura Ocidental. E mesmo que o voto se estendesse as camadas populares, as mulheres ainda ficariam excluídas desse direito, pois cognitivamente eram consideradas incapacitadas de terem discernimento na escolha e no ato de votar.

Por estas condições, as representações que foram impostas ou mesmo aceitas em algum momento pelas mulheres, foram, por elas, questionadas. As mudanças que foram ocorrendo na sociedade possibilitaram as mesmas obterem várias representações. Representações estas, que foram sendo conquistadas através de reivindicações, pois a representação que a sociedade e, principalmente, o homem tinha sobre a mulher se restringia a identidade fixa de mãe e dona da casa, reduzindo-a ao espaço doméstico. O “grupo” masculino por muito tempo deteve o poder sobre o feminino e, dessa forma, impôs a sua concepção de mundo social, seus valores e seus domínios.

Dessa forma, a luta feminista teve emergência com a reivindicação do movimento de mulheres em busca do direito ao voto. Esta militância foi se organizando, no século XIX, em países da Europa e nos Estados Unidos, quando novas ideologias sociais estavam surgindo em algumas destas nações, especificamente na Alemanha, na Inglaterra e nos Estados Unidos. Incluíam-se nesse processo, o surgimento do sistema Socialista, posteriormente, no século XX, o qual possibilitou que as camadas populares passassem a reivindicar seus direitos na sociedade, se contrapondo ao sistema capitalista (SARTI, 2004). Estes sujeitos que se aliavam ao movimento comunista eram mulheres operárias que trabalhavam nas fábricas têxteis, principalmente as operárias estadunidenses. No que concerne às burguesas, as mesmas também lutavam pelo direito ao voto, restringindo-o, porém, as mulheres que compartilhavam das mesmas condições sociais, econômicas e culturais. Logo, não se manifestavam em prol de todas as mulheres. Lembremos que o movimento de mulheres que reivindicavam a emancipação no final do século XIX e início do século XX é bem diferente do movimento feminista da década de 1970 que será tratado a seguir. No início do século XX, as mulheres acreditavam que emancipar-se seria ter o direito de participar do espaço público, através do direito ao voto.

Com relação a outras questões relacionadas, por exemplo, ao corpo e a sexualidade do feminino neste contexto, as mulheres ainda eram bem conservadoras e, para sua época, não viam a necessidade de questionar a

representação de que ser mulher estava relacionado ao biológico e que, por isso, ser do “lar” era naturalmente aceito. Já o feminismo da década de 1960/1970 surge efervescente nos Estados Unidos e na Europa, acreditando que emancipar-se seriam ir muito além do direito ao voto, com direito a educação, ao trabalho, de serem donas de seus corpos e da sua sexualidade. Para González (2010) o *slogan* deste feminismo, agora citado, era a luta pela equiparação entre os sujeitos homem/mulher.

Não foi somente na Europa e nos Estados Unidos que as militâncias feministas foram insurgindo. Em outros continentes, tendo como exemplo a Rússia, em meados do século XIX, a questão da mulher também estava sendo debatida. A manifestação das vozes das mulheres russas se dava através da literatura. Foi na escrita, dentro do espaço doméstico, escrevendo artigos para jornais e livros, que as mulheres começaram a adentrar o espaço público (GONÇALVES, 2006). Para Perrot (1998) a prática da escrita feminina é uma das primeiras conquistas das mulheres. Apolinária Suslova foi uma das mais destacadas escritoras feministas na Rússia do século XIX, cujo diário pessoal registrou suas opiniões sobre as relações entre os gêneros.

Apesar da relevância da literatura para a emancipação da mulher, na Rússia, as conquistas estiveram articuladas à abertura das universidades para as mulheres promovidas pelos Czares, que contribuiu para mais uma conquista feminista. Em outras nações, a literatura “feminista” foi, ainda, uma dos meios desta militância. Autoras como a Virginia Woolf, uma das mais importantes autoras da literatura inglesa do início do século XIX, correspondeu a um dos exemplos de abrangência alcançado pela militância feminista. No que se refere ao Brasil tem-se como representante, na literatura, a educadora, escritora, republicana e abolicionista Nísia Floresta, tradutora da obra da escritora inglesa Mary Wollstonecraft (1759-1797), “Reivindicações dos direitos da mulher”. Esta obra inspirou muitas gerações, sendo publicada no Brasil no ano de 1833.

Portanto, percebemos que não houve um lugar específico para se notar a visibilidade do Movimento Feminista. Em cada país, as mulheres foram buscando, seja por meio da literatura ou não¹⁴, maneiras de adentrarem ao espaço público

¹⁴ Além das práticas citadas anteriormente e tidas como algumas das atividades iniciativas pela militância feminista, o acontecimento considerado marco da História desta militância foi a 1ª convenção de Seneca Falls, com a conferência intitulada “*Os direitos das mulheres*”, realizada entre os dias 19 e 20 de julho de 1848, na

(GONÇALVES, 2006). Após essas iniciativas, na metade do século XX, as mulheres provenientes dos países mencionados, continuaram a lutar pelo sufrágio universal, reivindicando a cidadania feminina. Elas também reivindicavam a entrada das mulheres nas universidades de Medicina e de Direito, este último sendo de tamanha importância por permitir que as mesmas tivessem conhecimentos na área jurídica e assim pudessem elaborar projetos que culminassem por mudanças legais no que diz respeito às atividades no setor público, dentre eles o voto (SOIHET, 2012).

Segundo Soihet (2012) a adoção do direito ao voto feminino variou de país para país, alguns legisladores adiando o sufrágio feminino. Nos Estados Unidos, cada Estado teve a flexibilidade em adotar o voto feminino. Por exemplo, o Estado do Colorado foi a primeira federação que aceitou este voto, no ano de 1896, e o último Estado que seguiu foi Washington, no ano de 1910. Na Inglaterra as mulheres só obtiveram esse direito no ano de 1928. Outros Países como Argentina, Bélgica e Itália adotaram o voto feminino em 1946, depois da Segunda Grande Guerra Mundial.

No Brasil esse direito foi conquistado e aprovado pela constituição de 1934¹⁵. Sua aquisição se deu através das reivindicações que os movimentos de mulheres brasileiras faziam por todo o país e, dessa forma, estas reivindicações ganharam impulso no início do século XX. O objetivo das feministas desse período foi a luta pelo acesso à educação, o direito ao voto e a elegibilidade feminina, ou seja, as mulheres brasileiras também estavam lutando pelo poder político no espaço público.

Destarte, as mulheres pressionavam o governo brasileiro através de mobilizações, abaixo assinados e associações para reivindicarem o tão sonhado direito de votar. O Deputado Mauricio de Lacerda enviou a câmara no ano de 1917, um projeto de Lei que estabelecia o sufrágio feminino. Tal projeto não foi visto com importância pelas autoridades brasileiras e, conseqüentemente, não chegou a se debatido na câmara. Mesmo com tanta resistência as mulheres não desistiram, e no

Cidade de Nova York. Tal evento propôs pela primeira vez o direito de voto da mulher estadunidense, uma reivindicação que, no entanto, não obteve êxito, muito embora tornasse visível e pública a atuação organizada do movimento feminista.

¹⁵A Constituição de 1934 foi promulgada no Brasil, pelo governo ditatorial de Getúlio Vargas. O movimento articulado pela elite feminista brasileira lutou pelo o direito ao voto, o qual foi incluído a constituição no artigo 108. Apesar de o movimento feminista ter sido organizado pelas mulheres da elite, estas lutaram em prol também das mulheres trabalhadoras, porém as mulheres trabalhadoras estavam preocupadas mais com as questões de sobrevivência do que com o problema do voto. Vale lembrar que a Constituição de 1934 incluiu não só o direito ao voto feminino, mais outros direito que a população reivindicava nesta época, com diminuição da jornada de trabalho de 12 horas por dia para 08 oito horas, férias anuais remuneradas, e descanso semanal.

ano de 1919 mais uma vez reivindicaram o direito ao voto, que novamente lhes foi negado, pois continuavam sendo representadas pela visão masculina como inadequadas para as atividades públicas (SOIHET, 2012).

Nesta luta pelas igualdades de direitos, as mesmas contaram com militantes empenhadas para emancipar a mulher, se organizando em congressos e em protestos. Dentre as mulheres que lutaram pela emancipação da mulher destacamos a feminista BherthaLurtz, a segunda mulher no Brasil que entrou para o serviço público, ativista desde 1918 e que lutou pela emancipação da mulher no Brasil. As feministas brasileiras se organizavam de todas as formas para reivindicarem seus direitos. Tanto que, em 1922, organizaram no Rio de Janeiro, o I Congresso Internacional Feminino¹⁶. O congresso contou com a presença de representantes de vários países. Assim, a luta prosseguiu, também, em várias regiões do Brasil, insistindo, uma vez mais, as mulheres, pelo direito ao voto(SOIHET, 2012).

Em 1931 foi realizado o II Congresso Internacional Feminino, na cidade do Rio de Janeiro. No mesmo ano, as mulheres reivindicavam o direito de votarem e de serem votadas, queriam ser inclusas na vida pública do país e, também, questionavam a dita incapacidade da mulher casada, que ao casar-se dependia do esposo e não podiam participar do espaço público, pois o lugar desta, para época, era a casa. Depois de tantas reivindicações e da campanha do movimento feminista pelo sufrágio, no ano de 1932, o mesmo foi conquistado (SOIHET, 2012). A partir deste momento, as mulheres passaram a conquistar novas representações por meio da profissão: políticas, advogadas, médicas e etc., adicionando, dessa maneira, outras posições sociais, retirando da identidade feminina as representações fixas, imóveis de mulheres unicamente do lar (HALL, 2003).

Após essas conquistas, o Movimento Feminista foi reprimido no Brasil pela ditadura de Getúlio Vargas. O Governo proibiu manifestações no país, dentre estas, as ações de mulheres. As que se manifestassem eram consideradas pelo governo como comunistas e, assim, eram punidas e sofriam repressão da policia, ficando o

¹⁶ O ano de 1922 foi emblemático para o Brasil, marcando o centenário de independência cuja comemoração se deveu pela ocorrência de uma série de congressos que buscavam enaltecerem o país como uma nação que se preocupava com as questões que estavam sendo debatidas em âmbito mundial: o sufrágio universal, a assistência à criança, a institucionalização da profissão médica. Por isso, além do congresso feminista, se realizou o Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância e o Congresso Nacional dos Práticos. À respeito ver: Sousa, Débora da Silva. **“O Berço Dos Infantes Desamparados”**: O Hospital-Escola Fundação Assistencial Da Paraíba – FAP (1959-1979). Campina Grande, 2014.

movimento silenciado por anos. Apenas, no decorrer das décadas de 1960 e 1970, as ideias e práticas feministas de outrora, ressurgiram. Nomeada de “Segunda Onda”, emergiu com evidência nos Estados Unidos e na Europa, circulando, sendo lido e apropriado pelas mulheres intelectuais brasileiras que ao visitarem tais países, quer sejam por motivos de exílio, quer sejam não¹⁷. Porquanto, acabaram conhecendo o movimento estadunidense, e a partir de leituras e outros significados aos textos feministas, foram introduzindo esta nova vertente e aplicando-a a realidade social e a cultural brasileira.

2.2 O Movimento Feminista de “Segunda Onda”

Você vive dizendo que sente alguma coisa por mim/
Alguma coisa que chama de amor, mas não reconhece/
Você vive bagunçando onde não devia/

E agora outra pessoa está recebendo todo o seu melhor/
Essas botas são feitas para andar, e isso é o que elas farão/
Um dia desses essas botas andarão por cima de você/

Você continua mentindo quando deveria ser verdadeiro/
E você vive perdendo quando não deveria apostar/
Você continua o mesmo quando deveria estar mudando/
Agora o que é certo é certo, mas você não foi certo ainda/

Essas botas são feitas para andar, e isso é o que elas farão/
Um dia desses essas botas andarão por cima de você/
Você continua brincando quando não deveria brincar/
E você continua achando que nunca se queimará.
Ha!
Eu acabei de achar uma caixa novinha de fósforos, *yeah*/
E o que ele sabe você ainda não teve tempo de aprender/

Essas botas são feitas para andar, e isso é o que elas farão/
Um dia desses essas botas andarão por cima de você/

¹⁷ Mais informações a respeito ver: ALVEZ, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil(1964-1984)**.Bauru-SP:Edusc,2005.

Estão prontas, botas? Comecem a andar!”¹⁸

Décadas de 1960-1970¹⁹. As jovens estadunidenses se deleitavam ao som de canções que não proporcionavam apenas o balançar dos quadris, o admirar de cantores e cantoras, a apropriação de estilos visuais, de vestimenta e de maquiagem. Muitas das canções da época, se não falavam de amores e seus impasses, falavam também de outras relações de gênero que questionavam representações preconizadas para mulheres e homens; dentre estas a canção, “*These boots are made for walking*”, interpretada por Nancy Sinatra. Lançada em 1966, em áudio e vídeo, Nancy apresentou à sociedade estadunidense um estilo musical e comportamental comum às concepções feministas em voga. A mesma cantava, dançava e pousava de modo sensualizado, provocante e questionador. Questionador? Questionador sim, porque a letra da música repensou os lugares culturalmente reservados para os sujeitos mulher/homem, o que fez da canção um hino feminista da época.

Em uma narrativa que, metaforicamente, narra uma relação amorosa insatisfatória, “*These boots are made for walking*”, se contrapôs às percepções sociais ao sujeito feminino que se pautam na passividade, na conformidade e na inferioridade. A mulher, na canção, foi representada como sujeito que não se atem ao lugar de uma mera namorada submissa que espera e se subjugava ao namorado. A mesma se emancipa, dizendo o que fazer, como e quando, desafiando os lugares que os dizeres masculinos para ela destinou. Foram verdades tidas como absolutas, que estavam sendo contestadas, deslocadas (HALL, 2003) porque o discurso biológico de inferioridade não era mais aceito, devendo o masculino conformar-se com as novas posições sociais e culturais que as mulheres conquistavam. Com suas botas, símbolo da emancipação, as mulheres conquistariam novos espaços políticos, sociais, econômicos e culturais que por tanto tempo foram exclusivamente restritos aos homens.

As mulheres dos anos da “juventude transviada” se apresentavam prontas para colocarem em prática as percepções que elaboravam para si mesmas, enquanto sujeitos que desejavam emancipar-se das representações, historicamente

¹⁸Tradução da canção “*These boots are made for walking*”, interpretada por Nancy Sinatra. A respeito, ver: <<http://letras.mus.br/nancy-sinatra/36457/traducao.html>>

¹⁹ Retornarmos a década de 1960 em decorrência de ser, nessa década, a emergência do chamado feminismo de Segunda Onda.

ratificadas, sobre seu gênero, a saber, os dizeres religiosos, médicos, educacionais e jurídicos (PEDRO, 2012). Vivenciando as reivindicações feministas dos anos de 1960, Nancy objetivou, com esta canção, divulgar, fazer circular as concepções feministas da chamada “Segunda Onda”, as quais ela via acontecerem nos Estados Unidos. Isto é perceptível pela forma como ela interpreta a canção, pela forma como se veste, dança, gesticula:

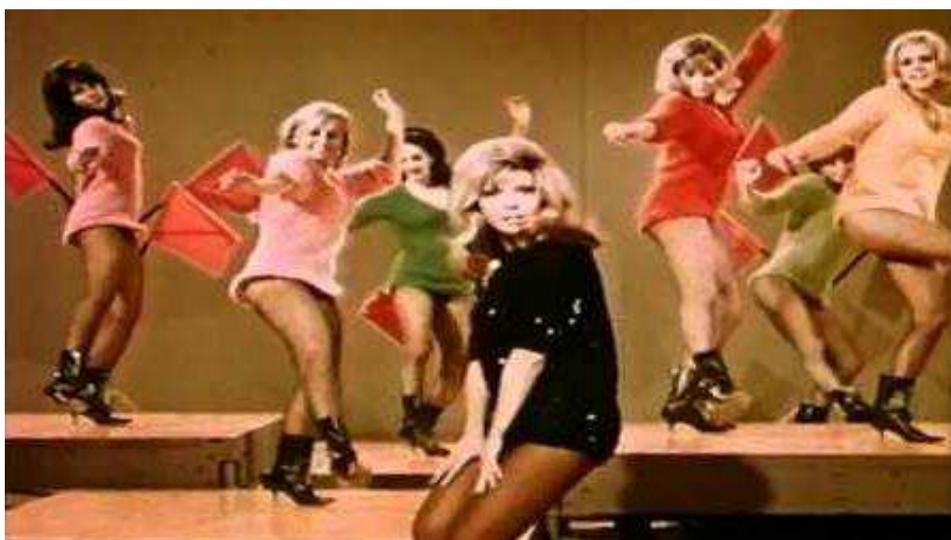


Figura1 - Nancy Sinatra no videoclipe "These boots are made for walking"(Google images, 2015)

De botas, pernas amostras, braços cobertos para que não ficassem totalmente expostos, Nancy e suas dançarinas reboavam, levantavam as pernas, deitavam e sapateavam felizes e sorridentes. Comportamentos que o citado movimento feminista interpretava como práticas que demonstravam o mesmo direito que tinham de se expressarem, dançarem e se vestirem a sua escolha. Assim, emancipar-se para Nancy e as mulheres de seu contexto, não significava apenas terem o direito ao voto e a representação política que foram conquistadas por lutas feministas anteriores. Pode-se dizer que a palavra “escolha” traduzia o que sugeria e buscava o movimento feminista da “Segunda Onda” - aquele emergente durante os anos 1960-1970. Escolha de uma profissão, escolha dos comportamentos, escolha da vestimenta, escolha, até mesmo, de quem namorar e casar. Práticas que homens exerciam como se fossem naturalmente destinados a eles e que o feminismo, deste recorte, se propôs a reivindicar para equiparar e igualar mulheres aos homens.

2.3 O MIMDE: O feminismo em Campina Grande

Nos Estados Unidos e em outros países como o Brasil, as feministas da denominada “Segunda Onda” lutavam com a proposta de transformarem as condições sociais para as mulheres, no sentido de melhorias no trabalho, na liberdade sexual e na participação do espaço público, com ênfase na reivindicação da equiparação entre os gêneros. De acordo com Pedro (2012), o movimento deste período foi organizado e articulado por mulheres que, através dos grupos de reflexões de mulheres, discutiam sobre a libertação da mulher. Muitas destas integrantes não se diziam feministas, apenas se posicionavam como mulheres que tinham o intuito de libertá-las do domínio masculino.

Isto se devendo por dois motivos: primeiramente, os signos de uma representação masculinizada, de que toda feminista seria lésbica, “mulher-macho”, mal-amada, fruto de frustrações amorosas; por outro lado, as feministas brasileiras encontravam como opositores o regime militar, regime que, aliás, não tolerava qualquer movimento que de alguma forma, fosse de encontro com as políticas e ações governamentais, pois não se podem excluir a persistência do patriarcalismo e do “machismo” como norteadores das ações militares (SAFFIOTI, 2013).

Conforme Pedro (2012), mesmo considerando as represálias, por parte do regime militar, muitos grupos de reflexões foram criados no Brasil. Um dos primeiros grupos que se tem notícia no país, surgiu em 1972, em São Paulo, formado por mulheres intelectualizadas, com idades entre 30-38 anos. Várias dessas mulheres haviam viajado para outros países como os Estados Unidos, espaços onde ouviram falar da existência de grupos de mulheres que se reuniam para refletirem sobre a posição de outras mulheres nas diversas sociedades.

Ao retornarem, ao Brasil, elas traziam na bagagem livros que discutiam sobre o feminismo, que tinham como proposta as mudanças culturais para a mulher (PINSKY, 2012). Estas, ao retornarem do exterior, fundaram os grupos de reflexão sobre as mulheres. Muitas eram parentes de políticos ou estavam envolvidas com algum tipo de resistência ao regime ditatorial. Os grupos de reflexão foram visíveis em São Paulo e também no Rio de Janeiro. Na capital carioca, em 1972, se formou um grupo de reflexão que discutia literatura feminista e debatia questões de sexualidade. Estas temáticas foram inovadoras na época, pois nas décadas de 1960

e 1970 pouco se falava acerca da libido feminina, estando o prazer sexual da mulher associado ao desprestígio moral, pois a mulher “direita”, respeitável pela sociedade, não sentia desejo, nem prazer, “(...) seu ser deveria destinar-se apenas para a maternidade”(PEDRO,2012).

Logo, esses grupos formados por mulheres, não se restringiam a região sudeste. Na medida em que as mulheres de outras regiões do Brasil também tiveram contato com o movimento feminista no exterior, bem como tinham acesso ao que as feministas sulistas discutiam, a exemplo da Lírida, que, possivelmente conheceu membros de grupos estrangeiros e nacionais (Jornal Diário da Borborema, 11 de fevereiro de 1971). Afirma-se isto porque a organizadora do MIMDE em Campina Grande dedicou-se a cursos de especialização fora do Brasil, a exemplo dos estudos sobre citologia hormonal e, com isto, realizou especializações na Suécia, no Instituto Karolinska²⁰ de Estocolmo. Além do mais tinha:

(...) como “*hobby*” conhecer mundos. A Europa e as Américas ela as conhece todas. O Brasil não tem recanto que ela não conheça. Como há muita gente ainda que não sabe o que venha a ser essa sigla o MIMDE ela nos dirá timentim por timentim (Jornal o Diário da Borborema, 11 de fevereiro de 1971²¹).

As viagens de Lírida possibilita pensarmos que a organizadora do evento, em suas idas para o exterior, manteve contato com o movimento feminista de outras nacionalidades. Lírida, portanto, se apropriou destas ideias “de fora” pelo fato de seu pensamento apresentar semelhanças com as reivindicações das feministas dos Estados Unidos e da Europa, as quais lutavam pela libertação da mulher em todos os sentidos, cultural, econômico, social e político e, com isso, a base da concepção de equiparação dos gêneros (Diário da Borborema, 11 de fevereiro de 1971). Assim sendo, se questionava a tradicional representação da inferioridade feminina com relação ao sujeito masculino, uma percepção que ainda vigorava, na década de 1970, trazendo continuidades de uma posição social e cultural para a mulher voltada para família e para lar.

O requerimento redigido pelo vereador Ary Rodriguez acerca da justificativa

²⁰ Considerável instituição de pesquisa, na época. Ver: Jornal da Paraíba, 21 de outubro de 1971.

²¹ Entrevista concedida pela médica Lírida Figueiredo ao Jornal da Paraíba, no ano de 1971. Jornal da Paraíba, 21 de outubro de 1971.

da realização do evento, corrobora este discurso. Embora em suas palavras não percebamos a equiparação entre os gêneros, o mesmo se coloca como uma das minorias, especificamente masculina e pública, que apoiou o MIMDE a partir de concepções que deslocam as representações do feminino para os espaços públicos:

“Considerando mais a intensa atividade desenvolvida por mulheres de nossa comunidade, no sentido de que o I Primeiro Encontro Regional do MINDE alcançasse o brilho anotado, tendo a frente a médica campinense Dra. Lirida Figueiredo; considerando ainda que já é, chegado o momento de contarmos (nós homens) com a ajuda imprescindível dessas valorosas companheiras, tão inteligentes, tão fortes e tão destemidas senão mais, que nós homens no labor incessantes de líderes e de condutores das atividades humanas.”(Requerimento da Câmara Municipal de Campina Grande, redigido pelo vereador Ary Rodrigues. Cartório do 4º Ofício, AcindoLima – Tabelaio).

As representações anteriores que percebiam a mulher como sujeito desigual nas relações de gênero parecia não mais serem toleradas, não apenas por uma parcela do grupo feminino, mas também por homens. Talvez o apoio de alguns dos sujeitos que compuseram a Câmara Municipal de Campina Grande, nesse caso o vereador Ary Rodrigues, tenha ocorrido, como veremos no decorrer dos demais capítulos, porque o projeto “desenvolvimentista” elaborado pelo Regime Militar teve como parte dele a inserção da mão-de-obra feminina profissional, através da educação tecnicista. Talvez, ainda, porque já fosse perceptível por muitos homens que, em pouco tempo as mulheres conquistariam espaços que antes foram para eles tidos como exclusivos. Para que o evento fosse realizado oficialmente na Cidade de Campina Grande, foi necessário que as organizadoras entrassem em contato com os órgãos públicos da cidade e apresentassem a proposta do movimento. Diante das fontes que estão sendo analisadas, fica a dúvida de por que para realizar o MIMDE foi pedido o apoio das autoridades campinenses, a exemplo da citada? Possivelmente pedir autorização aos órgãos públicos era uma estratégia das integrantes do movimento, pois em plena Ditadura Militar²² as mesmas poderiam

²² Nos anos de 1970, o Brasil vivia sob uma ditadura militar, que reprimia de todas as formas a liberdade de expressão, principalmente as lutas sociais e políticas de esquerda. Não só o movimento feminista, mas também outros movimentos sociais sofreram repressão neste período. Existem relatos de mulheres participantes de movimentos sociais que sofreram torturas do Regime por ter pensamentos que iam de contra ao Governo Militar. Disponível em: ALVEZ, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. -Bauru, SP: Edusc, 2005.

correr o risco de sofrerem repressões, serem tarjadas como parte de um movimento de esquerda e assim impedidas de realizarem o MIMDE.

A proposta do MINDE chegou Câmara municipal, em forma de projeto apresentado pelo Vereador Ary Rodrigues em 09 de Fevereiro de 1971, que levou em conta a contribuição da mulher para o desenvolvimento econômico da Cidade. O projeto foi aprovado pelo órgão e, dessa forma, foi comunicado a organizadora do evento de que poderia ser realizado, estando aprovada e formalizada com data prevista para ocorrer no dia 11 de fevereiro de 1971, na sede comercial de Campina Grande, localizada no Edifício Rique (Requerimento da Câmara Municipal de Campina Grande, Cartório do 4º Ofício, Acindo Lima-Tabelião). Com a aprovação da Câmara Municipal de Campina Grande, caberia então as organizadoras do evento elaborarem o I Encontro Regional do MIMDE. A equipe do MIMDE era composta pela médica, Maria Lírida Mendes de Figueiredo, a professora Lourdes Ramalho, a odontóloga Stella Maria Mendes de Figueiredo e a universitária Salete Cordeiro, estas que iniciaram os preparativos para o “grande dia”. Dia, aliás, muito esperado por Lírida, pois seus pensamentos, suas ideias e suas propostas estavam ali prontas para serem apresentadas (Jornal da Paraíba, 10 de outubro de 1971).

Apoios como o citado, demonstram que as organizadoras estavam cientes de que o movimento que as mesmas estavam organizando não poderia se realizar da forma como as demais feministas praticavam nos Estados Unidos e em alguns países da Europa, cuja ausência de uma ditadura dava pertinência para que essas mulheres tivessem liberdade de expressão e facilidade para a articulação. O MIMDE, como parte de leituras e de apropriações do que suas organizadoras tinham sobre os movimentos feministas, em conjunto com as condições do contexto brasileiro, não poderia se constituir em ideias e práticas simplesmente copiadas do chamado Movimento de Segunda Onda.

Enquanto o último se apresentava radical, com passeatas, manifestações públicas, partidos feministas, sem apoio político de grupos ligados a governos situacionistas, o MIMDE, através das ações de suas participantes, optou pelo apoio de sujeitos homens e influentes, da política e da mídia campinense, para se fazer visível sua defesa em equiparar os gêneros (Jornal Diário da Borborema 12 de fevereiro de 1971). Em decorrência disso, quando comparado aos demais movimentos de mesmo teor argumentativo, se apresentou tímido, sem a mesma voracidade das militâncias que se realizavam fora do Brasil (SARTI, 2004).

No que concerne às maneiras de pensar compartilhadas pelo MIMDE e demais movimentos feministas, que tem como defesa a equiparação de gênero pela partilha de profissões entre o feminino e o masculino, somam-se os usos de novos comportamentos, novos valores e novas condutas, sobretudo do que outrora se restringia ao masculino.

Conforme será mostrado no capítulo seguinte, as organizadoras do evento, de forma estratégica, apresentaram estas concepções em palestras e depoimentos que iriam circular na Cidade de Campina Grande no dia da realização do evento. Dia este muito esperado pelas feministas, campinenses ou não, que receberiam o apoio do MIMDE para terem aceitas outras práticas como parte de seus cotidianos, de modo a adquirirem sua independência financeira e intelectual, por meio do estudo, por meio do trabalho, por meio da profissionalização, para alcançarem o patamar de equivalente ao sujeito masculino.

Isto porque foi relatado no Diário da Borborema, que as participantes do MIMDE eram mulheres que corajosamente exerciam profissões que ainda eram do domínio masculino, a exemplo de motoristas, juízas, advogadas, técnicas de contabilidade, locutoras, engenheiras, cirurgiãs, políticas, administradoras, etc. (Jornal Diário Da Borborema, 11 de Fevereiro de 1971). Assim entendiam as participantes do MIMDE, que a profissionalização da mulher seria um meio primordial para sua emancipação e equiparação ao masculino, uma emancipação, entretanto consciente:

(...) se preparar psicologicamente procurando atingir plenamente sua maioria tornando-se capaz de assumir seu destino com absoluta responsabilidade. Ela se tem a tornar adulta, consciente das dimensões de sua personalidade e do papel que deve exercer na vida social.²³

Ao incentivar a independência financeira de modo consciente, as participantes do movimento compreendiam que apenas a independência financeira não seria suficiente para retirar a mulher da situação de sujeito subjugado e excluído de certos lugares sociais. Era preciso que a mesma, além de ter uma profissão, se entendesse enquanto dona do seu corpo, no direito de usá-lo a seu modo, a sua maneira. Isso

²³Discurso da médica Lírida Figueiredo, ao Jornal Diário da Borborema, 11 de fevereiro de 1971.

significava equiparar a mulher ao homem, desconstruindo lugares sociais pensados como naturais para homem/mulher.

2.4 Campina Grande e os “espaços” para a mulher

O fato de Campina Grande ser conhecida na época como “capital do trabalho”, sendo a mesma representada por sua elite política, justificou a aceitabilidade da realização do evento na cidade, isso devido ter-se dado durante toda a programação uma grande ênfase na temática da sua profissionalização.

Historicamente, desde o início do século XX, Campina Grande passou pela intensificação do seu desenvolvimento econômico, social e cultural. A fundação da Faculdade de Ciências Econômicas e a inauguração de energia elétrica vinda de Paulo Afonso, na década de 1950, são exemplos do início da inserção da mão de obra feminina na cidade. A fundação do Parque Ferroviário da Sociedade Algodoeira do Nordeste - SANBRA, o maior complexo de industrialização do algodão da América Latina, foi um marco de grande destaque, por ter sido responsável por inserir um número considerável de mão de obra feminina campinense²⁴, desenvolvimento este que fora continuado por meio do incentivo à educação profissionalizante com a federação da Escola Politécnica, na década de 1960 e, posteriormente, na década seguinte, com a Universidade Federal da Paraíba. Outros fatores que merecem menção correspondem à criação do distrito industrial, as inaugurações da TV Borborema e do Teatro Municipal - ainda na década de 1960; e as fundações da TV Paraíba e de seu periódico, o Jornal da Paraíba, na década de 1970. Posteriormente, destaca-se a criação da Federação das Indústrias do Estado da Paraíba - FIEP (PEREIRA, 2008).

O desenvolvimento a partir de então apresentado, corroborou representação da “Rainha da Borborema”²⁵ enquanto espaço que, desde o início do século XX, fazia circular novas ideias e novas concepções. Campina Grande era representada então como cidade que recepcionava o novo e o moderno, tendo seus habitantes, de certo modo, a pertinência de fazerem usos de novos comportamentos, novos valores

²⁴Sobre a mão-de-obra feminina na SANBRA, disponível em HAGAI, Daniela Karla Portela Guimarães: **Quando o apito tocava no bairro da liberdade**: Memórias e representações da SANBRA.

²⁵A cidade de Campina Grande recebe o nome de Rainha da Borborema porque está localizada em uma serra chamada Borborema. (Serra da Borborema)

e novas condutas. As mulheres campinenses também passaram a fazer parte desse cenário desenvolvimentista. Por meio do estudo, por exemplo, elas começaram a ingressar em cursos de ensino superior, os quais em sua maioria eram compostos por homens.

A partir dessa inserção, dada em um momento político no qual a cidade estava se integrando ao desenvolvimento econômico, social e cultural, as mulheres campinenses passaram a ter conhecimento de outras representações do feminino, tendo assim as Universidades e as demais instituições de ensino na cidade, contribuindo de maneira considerável a essa integração. (BELÉNS, 2013).

Conforme dito anteriormente, essas organizações acabaram por mudar os valores e os comportamentos femininos na cidade. De acordo com Montenegro (2012), a Escola Politécnica da Paraíba²⁶ possibilitou a oportunidade para que muitas mulheres estudassem e conquistassem o diploma de ensino superior. É importante lembrar, no entanto, a maioria das campinenses que estudavam na Escola Politécnica eram mulheres que a própria estrutura familiar valorizava o estudo e tinham a formação de ensino superior como uma forma de ascender no meio socioeconômico. Estas, por terem acesso às disciplinas de exatas desde o ensino básico obtinham êxito ao ingressarem nos cursos de engenharia da Escola Politécnica. As mesmas se diferenciavam das demais porque preferiam substituir atividades outrora comuns ao feminino, como a leitura de romances e os afazeres domésticos, por exemplo, pela busca da profissionalização em outras áreas e campos de saberes. Porém, não se podem vê-las como referências predominantes no contexto educacional da época, mas sim como exceções. (MONTINEGRO, 2012).

A partir de então, algumas campinenses buscaram se inserir nessa nova conjuntura social, a qual estava em voga as reflexões sobre suas condições enquanto mulheres e cidadãs, as fazendo repensarem seu histórico de desigualdade em relação aos homens (BEAUVOIR, 1949). Reflexão esta que fez com que muitas mulheres reivindicassem a libertação feminina do masculino a nível local, por intermédio da circulação das ideais feministas pelo mundo. Diante disso, foram

²⁶A Escola Politécnica da Paraíba, com sede em Campina Grande e fundada no ano de 1952, foi a primeira instituição de ensino superior da cidade. Iniciou suas atividades com o curso de Engenharia Civil e, até os anos de 1974, foi ganhando novos cursos, tais como: Engenharia Elétrica, Engenharia Química, Engenharia Agrícola, Engenharia de materiais, Mecânica, Matemática, Física, Química, e Desenho Industrial. No Centro de Humanidades foram criados os cursos de Administração, Ciências Sociais, História, Economia, Pedagogia e Letras. Disponível em: **Gênero e identidades sexuais práticas e representações sociais**. Org. Fábio Ronaldo da Silva, Rosilene Dias Montenegro, Sandra Raquew dos Santos. Campina Grande: EDUFPG, 2012.

surgindo mobilizações por mudanças e as mulheres campinenses foram ganhando novos espaços na sociedade. A presença feminina nos cursos técnicos e de ensino superior teve um aumento significativo a partir de 1970, principalmente nas ciências sociais e tecnologias. Nesse mesmo período os movimentos sociais estavam debatendo sobre o papel e a importância da mulher nas decisões nacionais e locais, e as políticas públicas estavam sendo elaboradas em benefício²⁷ das mulheres (MONTINEGRO, 2012).

As representantes do MIMDE se destacaram não somente por terem como diferencial a luta pela equiparação dos gêneros nas carreiras profissionais, mas também por serem integrantes que passavam ou passaram pelas cadeiras do ensino superior e tinham acesso a informações importantes que enriqueceu e tornou substancial o seu discurso. A universitária Sallete Cordeiro, por exemplo, se destacou enquanto graduanda em Direito e contribuiu com seu vasto conteúdo jurídico pela luta em prol da emancipação feminina. A presença da jornalista Graziela Emerenciano é outro exemplo, onde pela posição profissional que ocupava, evidenciava novos comportamentos e as novas condutas das mulheres que compunham o Movimento de Integração da Mulher no Desenvolvimento na Cidade de Campina Grande. Graziela, na época, era jornalista do Jornal Diário da Borborema e foi convidada pelas integrantes do MIMDE para cobrir o evento e divulgá-lo, participando do programa de solenidade.

“Que a decisão [da aprovação do evento pela Câmara Municipal de Campina Grande] seja comunicada à Dra. Lirida Figueiredo no Ed. Rique e à jornalista Graziela Emerenciano na TV Borborema”.

(Requerimento da Câmara Municipal de Campina Grande, redigido pelo vereador Ary Rodrigues. Cartório do 4º Óficio, Acindo Lima – Tabelião).

A atuação profissional no citado periódico, possivelmente possibilitou que as ideias apresentadas no MIMDE, circulassem pelos meios de comunicação e chegassem a outras mulheres que não estiveram presente no evento e que, posteriormente, foram se identificando com as concepções do movimento de acordo com o lugar social de cada uma (Diário da Borborema, 1971). É importante ressaltar que, nos anos 70, a profissão de jornalismo em Campina Grande ainda era pouco acessível às mulheres e o cenário da mídia impressa era composto por homens,

²⁷O incentivo à educação e a cursos de profissionalização.

sendo Graziela uma representanteda mudança social e cultural pela qual a cidade estava vivenciando no momento.

Nas décadas de 1970 e 1980, a cidade de Campina Grande apresentava três jornais locais em destaque: a Gazeta do Sertão, o Jornal da Paraíba e o Diário da Borborema - o mais antigo dentre estes, circulando na cidade desde o ano de 1957. Esses jornais proporcionaram a criação do curso superior de Comunicação Social com habilitação em jornalismo, ofertado pela Universidade Regional do Nordeste²⁸. O curso atraiu o interesse das mulheres campinenses, tanto que a primeira turma formada, no ano de 1977, era composta por 77% de mulheres, o que comprova a qualificação educacional da mulher campinense na profissão de jornalista. Nos anos posteriores, a demanda de mulheres formadas no curso fez com que vários desses jornais - que antes tinham um grande contingente masculino -, contratassem mulheres jornalistas, dentre elas: Francinete Silva, Lonete Oliveira, Jaldete Soares, Lourdinha Dantas e Narriman Roseno. Jornalistas estas que atuaram nos jornais impressos de Campina Grande nos anos de 1980 (FARIAS, 2012).

Diante do exposto fica perceptível que, a partir dos anos de 1970, a conquista do gênero feminino no mercado de trabalho conseguiu adentrar um meio anteriormente masculino, apesar dos empecilhos impostos pelas relações de gênero, fato este que, segundo as organizadoras do MIMDE, libertaria a mulher do domínio masculino²⁹. A respeito disso Maria Lírida falou, em entrevista cedida ao Jornal da Paraíba, em 10 de outubro de 1971, que o papel do MIMDE seria:

“Conscientizar a mulher para os seus valores de pessoa humana e seu dever de participar ativamente, lado a lado com o homem, em todos os setores da atividade humana, ajudando a promover o progresso para poder dele usufruir merecidamente”³⁰.

A fala de Lírida, supracitada, leva a refletir sobre como a mulher pode promover o progresso libertando-se da dominação masculina, a partir de sua

²⁸ Em 1974, Campina grande, a partir da Universidade Regional do Nordeste - hoje a então chama da Universidade Estadual da Paraíba -, ganhou o curso de Comunicação Social com a habilitação em Jornalismo. Mais informações ver: **Gênero e identidades sexuais práticas e representações sociais**.Org. Fábio Ronaldo da Silva, Rosilene Dias Montenegro, Sandra Raquel dos Santos. Campina Grande: EDUFCEG, 2012.

²⁹ Diretrizes básicas do MINDE, 1971. Documento disponível em: Museu Histórico de Campina Grande.

³⁰ Entrevistada pela médica e organizadora do MIMDE, Maria Lírida Mendes de Figueiredo, ao Jornal da Paraíba em 10 de outubro de 1971. Disponível em: Museu Histórico de Campina Grande.

integração nas atividades profissionais dos espaços ditos masculinos, tornando-se esta ocupação uma maneira de equiparar os gêneros homem/mulher. Apesar do movimento se apresentar tímido, quando comparado a outros eventos de cunho feminista, o MIMDE destacou-se por ter sido um movimento bem organizado e articulado. O I Encontro Regional do MIMDE contou com a presença de homens importantes, como: o tenente Coronel Wilson Ribeiro Raizer, o vereador Ary Rodrigues, o Juiz Sarmiento de Sá, um representante do governador João Agripino e o sociólogo Berilo R. Borba (Diário da Borborema, 1971). Também participaram do evento representantes das delegações feministas do Brasil e de outros países que estavam representando o movimento feminista desenvolvido em cada Estado-Nação, numa tentativa de integrar “todos” na causa em prol da equiparação dos gêneros.

O evento contou com 14 mulheres representantes de diversas nações: Margareth straznickySteimuller (Áustria), Sofia Vourinem (Canadá), Mercedes Troncoso Ribeiro Pessoa (Chile), Pein Lan Liu (China), Frida Lee Troitin (Estados Unidos), Clara Franco Machado (Colômbia), Maria Odile Gerardine (França), Irmã Filoteia Narovraut (Holanda), Irmã Maria Stefanie (Guiana Holandesa), Lamorini Daroitis (Grécia), Koschi Mindore Koguisso (Japão), Amanda Soares de Amorim Pereira (Portugal) e Emília Koskva (Tchecoslováquia) (Diário da Borborema, 1971). A intenção era conhecer a situação da mulher em outras partes do mundo, mantendo, desta maneira, o intercâmbio com outras entidades e organizações femininas nos âmbitos local, nacional e internacional e tornando-se uma das formas de trocarem ideias e se apropriarem das reivindicações para a emancipação da mulher, desmistificando, assim, a representação de inferioridade e submissão que se tinha do feminino em relação ao masculino.

O presente capítulo, portanto, buscou historicizar a trajetória do movimento feminista, enfatizando as reivindicações que foram se transmutando à medida que a militância foi se intensificando, levando em consideração as particularidades de seus respectivos contextos. Incluiu-se, ainda, o objeto de pesquisa estudado: o MIMDE, como parte dos movimentos feministas que foram organizados no decorrer das décadas de 1960-1970, demonstrando que a equiparação entre os gêneros, por meio da profissão e da educação, se tornaram as bandeiras para que as mulheres se igulassem aos homens. A seguir será abordado o dia do evento, as demais concepções apropriadas e defendidas, as práticas para sua organização e

realização, e os personagens que participaram do evento, especialmente as mulheres.

3 “A VERDADEIRA EMACIPAÇÃO”: O DIA DO MIMDE

“O MIMDE, Movimento de Integração da Mulher no Desenvolvimento, coordenado pela médica Maria Lirida Mendes de Figueiredo, comemorou nesta terça-feira, o transcurso do Dia Internacional da Mulher, com bonita solenidade que teve lugar no auditório da Associação Comercial de Campina Grande. Estavam presentes no local, delegações femininas de várias cidades nordestinas e de diversos países, além de autoridades locais” (Jornal Diário da Borborema, 11 de fevereiro de 1971).

Antecedendo às festividades comemorativas ao Dia Internacional da Mulher, Campina Grande contou com a realização do I Encontro Regional do MIMDE³¹. Com o objetivo intitulado de “Lutar por uma maior liberdade exterior em todos os aspectos: jurídico, político, econômico, cultural e social da mulher” (DIRETRIZES BÁSICAS DO MIMDE, 1971), o evento contou com a presença de representantes de militância feminista de várias localidades, além de médicas, jornalistas e advogadas campinenses, dentre outros³². No auditório da Associação Comercial de Campina Grande - então localizado no Edifício Rique, na época -, discursou durante a abertura, a médica paraibana Maria Lirida Mendes de Figueiredo. Suas falas, emanados nesta seção de abertura, causaram comoção e aplausos da plateia ao desconstruírem representações e lugares sociais a mulher que a posicionava enquanto sujeito inferior nas relações de gênero (Requerimento da Câmara Municipal de Campina Grande, Cartório do 4º Ofício, Acindo Lima – Tabela). Assim, este capítulo propõe analisar os principais acontecimentos ocorridos no dia do evento, as práticas e os dizeres que nele foram divulgados pelas participantes e convidados que compuseram o MIMDE. Logo, tem-se este espaço como uma “geografia de ações”. Ações organizativas e narrativas que defendem e pensam outros lugares para a mulher campinense.

3.1 O MIMDE entre as paredes do “Palace Hotel Campinense”

O Edifício Rique, construído na década de 1960, era considerado um espaço requisitado pela elite campinense. Na mesma época, o periódico Diário da

³¹Requerimento da Câmara Municipal de Campina Grande, Cartório do 4º Ofício, Acindo Lima – Tabela.

³²À exemplo do vereador Ary Rodrigues.

Borborema não hesitava em divulgar seu projeto arquitetônico, realizado pelo arquiteto pernambucano Hugo Marques, enaltecendo sua beleza e suas dimensões. Não foi por acaso que o Edifício Rique representava em sua arquitetura um símbolo do progresso e da modernidade urbanística em Campina Grande, vinculando a paisagem moderna dos grandes centros urbanos, composta por prédios altos e visíveis de diversos ângulos e localidades.

Desde meados da metade do século XX, Campina Grande vinha se organizando estruturalmente para usufruir do progresso e da modernidade, podendo assim desenvolver-se nas questões políticas, econômicas, sociais e culturais. O Edifício Rique se destacava na cidade por trazer o novo e o moderno, tanto na sua arquitetura, como também pelas práticas realizadas no seu espaço interior (ALMEIDA, 2010). Segundo matéria do jornal Diário da Borborema, do dia 30 de Abril de 1960, ele seria o novo endereço do Banco Industrial de Campina Grande³³. Configurou-se como sendo um dos primeiros edifícios altos que marcaram a visão modernizada da cidade – possuindo 14 andares -, localizado no coração da “Rainha da Borborema”, na rua Venâncio Neiva, Centro da cidade. Neste portava-se as mais variadas práticas cotidianas da elite campinense: o Banco Industrial, a Associação Comercial de Campina Grande e o Diário da Borborema, sede do jornal e do canal televisivo. Além dessas funções, o edifício também era utilizado como moradia e hospedagem, pois funcionava como hotel, ocorrendo, inclusive uma associação com o “Palace Hotel” (ALMEIDA, 2010). Foi nesse espaço que o MIMDE divulgou suas ideias e suas concepções sobre o feminino.

³³No que concerne a localização, por andar, não dispomos de fontes que nos auxiliem a informar a respeito.



Figura 2 - Edifício Rique no centro de Campina Grande na década de 1970 (Fonte: Site CG Retalhos, 2014).

Foi neste espaço, especificamente no auditório da Associação Comercial Campinense que se direcionaram as mulheres da elite da cidade para iniciar as solenidades que demarcaram a realização do MIMDE (Requerimento da Câmara Municipal de Campina Grande, Cartório do 4º Ófício, Acindo Lima – Tabelião). É importante frisar que quando o termo “mulheres da elite” faz alusão às mulheres que faziam parte da comissão organizadora do movimento, pessoas com poder pecuniário considerável -, fato notável devido o acesso à informação e às profissões que ocupavam. Condição social esta, que era partilhada pelas mulheres que foram convidadas a participarem, sejam nas condições de ouvintes ou palestrantes.

3.2 A solenidade de abertura

O público feminino reunido com as autoridades do gênero masculino estiveram à espera da composição da mesa pela representante do MINDE, a Odontóloga Stella Oliveira de Andrade. Feito isto, a abertura da solenidade foi realizada pelo presidente da mesa, o Tenente Coronel Wilson Ribeiro Raizer:



Figura 3: Entrega de Título em Menção Honrosa, pelo Coronel Wilson Ribeiro Raizer à médica Maria Lírida Mendes de Figueiredo. (Fonte: Museu Histórico de Campina Grande, 1971).

A foto exposta representa o momento de solenidade que oficializou a abertura do evento, quando o citado tenente, responsável por presidir a banca, atribuiu o título de menção honrosa à médica Maria Lírida Mendes de Figueiredo. Esta atribuição evidencia que o evento necessitava de uma legitimação masculina e institucional para se tornar público e aceitável. Diz-se isto porque a banca, além de ser presidida pelo coronel Wilson Ribeiro, representante do Regime Militar em Campina Grande, foi composta por Paulo Zilli, representante dos Diários Associados; o Juiz Walter Sarmiento de Sá, diretor do Fórum Campinense; o radialista e vereador Ary Rodrigues e uma representante do Governador do Estado, João Agripino, a assistente social Isa Maia (Diário da Borborema, 1971).

Os representantes masculinos não apenas presidiram o MIMDE, mas também demarcaram explicitamente a posição social do homem enquanto aquele que detém o poder de fala, de comando e de condução, em contraposição ao feminino. Se o MIMDE foi um movimento feminista que buscava desconstruir estas representações, como se explica esta predominância masculina, contando a composição da mesa com apenas duas representantes do movimento, e as demais na plateia?

As participantes do MIMDE viviam um contexto de repressão e tortura, pois eram tidas como suspeitas de atos esquerdistas, incluindo-se neste os movimentos de teor feminista. Conforme Colling (2010) muitas das mulheres que faziam parte de

organizações que tivessem alguma simpatia pelas ideias feministas se direcionavam a negar esta “natureza” para que não fossem perseguidas e exiladas. A própria Maria Lírida, quando intitulada pelo Diário da Borborema como “autêntica líder feminista”, fez questão de negar esta vinculação, escrevendo de próprio punho, ao lado da entrevista cedida ao periódico, o termo inverdade (Diário da Borborema, 1971). Segue o trecho de entrevista no qual a médica ressalta esta negação:

“-Nossa entrevistada de hoje é a médica Maria Lírida Mendes de Figueiredo, que antes de qualquer coisa ela faz questão de ser identificada como uma autêntica líder feminista e, assim, é aqui em Campina a coordenadora do Movimento de Integração da Mulher no Desenvolvimento (MIMDE).

- Não temos uma linha de atuação específica. - Nosso grupo é mais de reflexão, de tomada de consciência, para um amadurecimento mais pleno da personalidade, uma maior capacitação profissional a fim de atuarmos com mais eficiência nos variados setores de atividade humana. Nessa linha de reflexão, a mulher é despertada não somente para conquistar todos os direitos de pessoa humana mas, principalmente, a assumir responsabilidades ante os desafios do mundo moderno, desenvolvendo a criatividade e tentando descobrir, lado a lado com o homem rumos novos dentro da realidade que nos cerca.”³⁴

Nessa parte da entrevista, embora Lírida não faça uso do termo “feminista” ou “feminismo”, se apropria claramente da concepção de equiparação de gêneros reivindicada pelas feministas de 1970, aquelas cujo Pedro (2012) nomeia de “Movimento Feminista de Segunda Onda”. Todavia, Lírida tendo ciência da importância das políticas desenvolvimentistas do período, buscou aproximar o MIMDE, denominado por ela como “grupo de reflexão”, como aliado dos projetos políticos desenvolvidos pelos militares na cidade. Isso seria possível incluindo em tais políticas a profissionalização da mulher, através da educação técnica e superior em nível local e municipal. Isto porque, segundo Fernandes (2011), na década de 1970, os militares elaboraram um projeto intitulado Plano de Desenvolvimento Local Integrado, que visava o desenvolvimento dos municípios de modo a corrigir os setores que eram entendidos como deficientes, tais como: o

³⁴Entrevista cedida, pela médica e organizadora do MIMDE, Maria Lírida Mendes de Figueiredo ao Jornal da Paraíba em 10 de outubro de 1971. Disponível em: Museu Histórico de Campina Grande.

educacional, o administrativo, o urbanístico. Nisto, seriam criados espaços profissionais que abarcassem a mão-de-obra feminina, sobretudo no setor educacional e industrial (Diário da Borborema, 1971).

Desse modo, Líridae as demais participantes do MIMDE estavam cientes de que a representação como aliadas do Governo e, por conseguinte, aliadas das autoridades masculinas da cidade, conseguiriam expor e defender as concepções feministas de forma pública e aparentemente sem descontentamentos. Apesar de não presidir o evento que ela e outras mulheres organizaram, as mesmas se utilizaram de outras práticas, naquele espaço, para se sobressaírem e tornarem o gênero feminino como sujeito prioritário das discussões. Conforme documentação, a primeira das práticas foi o momento “Chamada da Representação Internacional de Mulheres”, pela jornalista Graziela Emerenciano (Programa da solenidade, Campina Grande, 09 de Fevereiro de 1971). Neste momento, veio a frente as quatorze representantes internacionais de diversos países que, possivelmente, compartilhavam das ideias feministas propagadas pelo MIMDE:



Figura 4: Representantes feministas internacionais (Fonte: Museu Histórico de Campina Grande, 1971).

Antes de qualquer discurso de uma de suas organizadoras, se realizou a apresentação, de forma nominativa, das representantes das delegações feministas do Brasil e de outros países que vieram participar do evento. Todas de pé,

posturas eretas, bem vestidas, portando as faixas de seus respectivos países - semelhantes aos concursos de miss -, estavam ali, representando o movimento feminista desenvolvido em cada um dos Estados-Nação, numa tentativa de integrar a causa em prol da equiparação dos gêneros (Diário da Borborema, 1971). Das quatorze representantes, onze foram à frente para serem fotografadas, sendo estas: Canadá, Líbano, Chile, Colômbia, Guiana Holandesa, Portugal, Áustria, Holanda, Estados Unidos, Tchecoslováquia e Japão.

A participação dessas representantes internacionais enfatiza a articulação que as organizadoras do MIMDE tinham para com outras organizações feministas de outras partes do mundo, pois apenas duas das participantes estrangeiras possuíam residência fixa em Campina Grande, o que permitiu a facilidade para participarem do evento. Este é o caso da Irmã Maria Stefanie, representante da Guiana Holandesa, que posteriormente, entre os anos de 1980 e 1990, fundou o educandário Colégio Santa Bernadete; e a representante da Áustria, Margareth StraznickySteimuller, proprietária, desde 1955 do Chopp do Alemão³⁵.

Após essa primeira exposição ocorreu o momento da “Chamada da Representação de Mulheres Profissionais”, pelo locutor Severino Quirino³⁶, em que foram lidos os nomes das profissões praticadas pelas mulheres, com destaque as que eram ocupadas em sua maioria pelo gênero masculino. Assim, neste momento buscou-se enfatizar a expansão do campo profissional para o gênero feminino. Tal cerimônia, portanto, abriu caminho para que a médica Lírida tomasse a palavra e, dentre aquilo que foi trazido pelo seu discurso, defendia a proposta de ampliação de mercado profissional para as mulheres como fundamental para a equiparação dos gêneros (Diário da Borborema, 1971).

³⁵O Restaurante Chopp do Alemão está presente em Campina Grande desde ano de 1955, sua arquitetura demonstra um pouco da cultura do povo alemão.

³⁶ O Radialista Severino Quirino foi um dos pioneiros que atuaram no meio de comunicação campinense. Trabalhou um bom tempo na rádio campinense, apresentando programas e cobrindo eventos da cidade, depois formou-se em Direito e aposentou-se como procurador do Estado da Paraíba. Disponível em: <<http://pwww.patosonline.com/post.php?codigo=39085>>

3.3 As conferências...



Figura 5: Discurso de abertura do MIMDE, proferido pela coordenadora do evento, Maria Lírida Mendes de Figueiredo (Fonte: Museu Histórico de Campina Grande, 1971).

Após a chamada dos convidados que iriam compor a mesa responsável por intervir nos debates, Maria Lírida iniciou sua fala apresentando as Diretrizes Básicas do MIMDE, em uma palestra intitulada “A Mulher No Mundo de Hoje”, onde apontou os seguintes pontos:

1. Amadurecer e enriquecer a personalidade desenvolvendo os valores universalmente válidos. (Respeito, dignidade humana, fraternidade, justiça, etc.);
2. Conquistar uma maior liberdade interior. (Libertação de todo e qualquer fator que embote a consciência e escravize a vontade);
3. Lutar por uma maior liberdade exterior em todos os seus aspectos: jurídico, político, econômico, cultural e social;
4. Retirar os obstáculos que, na vida prática, impedem ou dificultam a mulher de usufruir muitos dos seus direitos de pessoas humana; substituição de preconceitos, tabus e mitos, que aprisionam e esmagam a mulher, por opções conscientes, pessoais e atualizadas;

5. Assumir as responsabilidades e os deveres que a própria emancipação nos impõe;
6. Motivar a mulher para um crescente aperfeiçoamento profissional a fim de que ela possa atuar, com mais eficiência nos mais variados setores de atividade humana;
7. Desenvolver a criatividade e tentar descobrir rumos novos dentro da realidade que nos cerca;
8. Despertar a mulher para a dimensão social da pessoa e conseqüente participação mais ativa e consciente nos problemas da comunidade;
9. Estudar problemas sociais, principalmente aqueles que interessam mais de perto à mulher;
10. Estimular uma maior união e valorização mútua entre as mulheres;
11. Conhecer a situação da mulher em outras partes do mundo;
12. Manter intercâmbio com outras entidades e organizações femininas do conhecido interesse para comunidade local, nacional ou Internacional(Diretrizes Básicas do MIMDE).

Depois de uma breve leitura das Diretrizes, a palestrante se direcionou a explicar cada uma delas. É possível afirmar as concepções supracitadas deslocam e descentram as representações atribuídas ao gênero feminino (CHARTIER, 1990) ao desconstruírem percepções anteriores concernentes a este mesmo gênero. Tal deslocamento apresenta-se inicialmente nas três primeiras diretrizes que se pautam na necessidade do amadurecimento do pensamento da mulher, no que diz respeito à sua liberdade no modo de pensar, no modo de agir, na busca por direitos que a tragam equiparação, justiça e dignidade.

Pensando, dessa forma, realizariam práticas que possibilitassem acesso às leis, à participação política, às condições culturais e sociais que ocasionassem rupturas nas posições sociais que retiram da mulher qualquer possibilidade de emancipação e equiparação dos gêneros (Diário da Borborema, 1971).

Desse modo, como seria realizada esta conscientização? Lírida fala que era necessário que fossem retirados os obstáculos que não permitiam a mulher esta conscientização, tais como: acesso à leitura, à educação superior, quebra de tabus e de preconceitos. O acesso ao conhecimento faria da mulher uma agente social e cultural ativo para conhecer a sociedade que estava inserida e suas problemáticas,

assim como ter discernimento das condições das mulheres em outras culturas, em outras sociedades. A mulher, em suas representações, aparece como um sujeito intelectual, informado, que não se prende aos conhecimentos de uma espacialidade local, mas também dialoga com outros saberes, com outras culturas, com outras mulheres e, portanto, com diferentes organizações que partiam ou não de pressupostos feministas.³⁷

Doravante, as representações de Lírida sobre o gênero feminino partem do pressuposto de que estas percepções não se limitam apenas à desconstrução das formas como eram pensadas as mulheres. As representações deveriam ocasionar modificações na prática cotidiana das mesmas, pois conforme Chartier (1990) as representações que não resultam em práticas não expressam efeitos e mudanças na forma em que os sujeitos veem e ordenam o mundo.

A organizadora do evento, porém, não entendia esta conscientização e emancipação da mulher como proveniente de uma relação com o sujeito masculino, haja vista que esta conscientização e esta mudança nas práticas cotidianas, seriam resultado principalmente do esforço da mulher para emancipar-se. Segundo as Diretrizes, apresentadas anteriormente, as mudanças apenas teriam efeito pela vontade e pelo empenho feminino. Tal concepção, defendida por Lírida em seu discurso, parece de certo modo contraditória. Pois, de acordo com Scott (2005) por mais que as mulheres tivessem iniciativa própria para modificar as formas como eram vistas e os espaços que poderiam ocupar, as mesmas se relacionam cotidianamente com o sujeito masculino, o qual disputa representações, práticas e lugares com o feminino.

Assim, é por meio dessa relação conflituosa de disputa por espaços culturais e sociais que as mulheres questionam o seu próprio lugar. A tomar, uma vez mais, Chartier (1990) pode-se entender que as representações e as práticas que estas produzem partem de conflitos identitários de questionamentos, de lugares sociais e culturais por grupos distintos, ou seja, as desconstruções, no modo de ver o outro, resultam de oposições na forma de pensar e de agir entre os sujeitos.

Ao terminar sua fala, Lírida cedeu lugar à homenagem que foi realizada a algumas mulheres que se destacaram no âmbito da política internacional. Mulheres

³⁷ Discurso da coordenadora do MIMDE Maria Lírida Mendes de Figueiredo. Diário da Borborema 12 de fevereiro de 1971.

que, doravante, foram entendidas como percussoras na participação em cargos políticos de seus respectivos países, no contexto em que não se percebia a participação das mulheres como chefes de Estado.

Em seção intitulada “Homenagem Especial aos Primeiros Ministros” contou-se a respeito da atuação, neste âmbito, da IndiraGhandi, da Índia; SirimavoBanderanaike, do Ceilão; e GoldaMeir de Israel (Programa da Solenidade do MINDE, Campina Grande 09 de fevereiro de 1971)Para o caso da representante indiana, a mesma foi destacada por ser a primeira mulher deste país a ocupar o cargo de Primeira Ministra, atuando principalmente na resolução de conflitos territoriais, por exemplo, a fundação de Bangladesh. Quanto a representante do Ceilão, falou-se do seu cargo pioneiro como Primeira Ministra. E, por fim, tratou-se da primeira e única ministra Israelense GoldaMeir, que se destacava, sobretudo, na resolução dos conflitos entre palestinos e israelenses (Programa da Solenidade do MINDE, Campina Grande 09 de fevereiro de 1971)

Essa seção evidencia, uma vez mais, a preocupação que as organizadoras do evento apresentavam em conhecer a atuação e as condições das mulheres em outras sociedades, principalmente em sociedades orientais, cujas representações ocidentais ainda associavam estas culturas enquanto opressoras da participação das mulheres na política. Possivelmente a realização destas homenagens visou exemplificar e incentivar as mulheres a, também, participarem da vida política nas localidades em que viviam, apesar dos obstáculos que encontrariam por ser o âmbito da política nos anos de 1970, na Paraíba, um espaço em que predominava o sujeito masculino. Situação que se constituía mais complexa quando se tratava do Oriente, onde muitas mulheres eram perseguidas e, até mesmo, assassinadas por atuarem na política, como ocorreu, posteriormente, na década de 1980 com a IndiraGhandi³⁸.

A homenagem indica que a pretensão das organizadoras, com o dito evento, se direcionava em ampliar, através de outras ações, o alargamento da participação das mulheres em outros setores da sociedade, principalmente no campo político. Setor que, por sua vez, era fundamental para que as possibilidades de equiparação entre os gêneros e a emancipação da mulher pudessem se concretizar, a partir do

³⁸IndiraGhandi conflitos internos que estavam acontecendo na Índia entre as décadas de 1970 e 1980, contendo uma rebelião do grupo Sikh. Este mesmo grupo assassinou Indira em 12 de Outubro de 1984. Para saber mais sobre: <<http://www.infoescola.com/biografias/indira-gandhi/>>

momento em que tivessem representantes do gênero ocupando cargos de poder decisório.

Na sequência foi convidado para palestrar o sociólogo, Berilo Ramos Borba, com o texto intitulado “O processo de emancipação da mulher”. Eis as primeiras palavras proferidas pelo convidado:

“A emancipação da mulher consiste na conquista em plenitude dos seus direitos e deveres perante a sociedade. Não se trata de um simples processo de igualização com o homem. Alguns feministas, trazidos no seu inconsciente por uma suposta superioridade do homem, pensaram que a mulher somente atingiria a sua verdadeira emancipação tornando-se, em tudo, igual ao homem. Este como sendo supostamente superior, passaria a ser o parâmetro dentro do qual se deveria colocar a mulher superiorizada pela emancipação. Tal premissa está basicamente elevada de erros. Mulher e homem jamais poderão ser iguais, uma vez que ambos são portadores de características essencialmente diferentes. A mulher enquanto dotada de uma natureza humana com peculiaridades bem diversas as do varão, não pode de se desenvolver no sentido de masculinização, se assim tentasse agir destruiria a natureza de que é portadora. A mulher deve tender a ser uma pessoa humana e não um homem. Uma emancipação que se comportasse numa masculinização das mulheres sendo uma nova forma de sujeição, seria acomodar a mulher à uma modalidade de cativo cujos fundamentos são a suposta superioridade do homem a cujo comportamento a mulher teria de se adaptar”.³⁹

As falas do citado sociólogo apresentam oposições a algumas das colocações que foram expostas por Lírida. Antes de tudo, Borba evidencia não haver possibilidades de igualdade entre homens e mulheres. Para tanto, o intelectual se pautou nas condições biológicas que cada gênero apresenta, muito embora o mesmo não negue, em outro trecho do mesmo discurso, a inferiorização cultural do sujeito feminino. Em sua concepção a natureza impôs limitações à mulher, não permitindo a igualação para com o homem. Enfatizou, também, que das muitas tentativas feitas por mulheres de se igualarem aos homens, se aproximando das características entendidas como inatas ao masculino, levaram as mulheres à condição ainda mais inferior, por estas se subjugarem a uma qualidade que não lhes era cabível, em detrimento das características que potencializavam sua feminilidade. Borba, assim, defende representações que associavam a figura da feminista ao sujeito feminino masculinizado (BUTLER, 2008).

³⁹ Discurso proferido pelo sociólogo Berilo Ramos Borba (Jornal o Diário da Borborema, 11 de fevereiro de 1971).

Pensar a mulher, destarte masculinizada, faz parte do lugar social e cultural ocupado pelo sociólogo que, além de homem, possuía leituras a despeito de gênero que ainda entendiam as diferenças entre homens e mulheres pautadas preferencialmente no biológico (BUTLER, 2008). Dessa forma, devemos considerar que o meio acadêmico da época não discutia gênero considerando a cultura como pressuposto para pensar as distinções entre homens e mulheres.

Este posicionamento deve ter causado, no mínimo, certo “incômodo”entre os participantes presentes no evento, sobretudo suas organizadoras, as quais defendiam a concepção de que a mulher não somente seria igual ao homem, bem como, andaria lado a lado com iguais capacidades⁴⁰. Imbuído nesta forma de pensar, Borba ao invés de equiparação, preferiu o termo “emancipação”, que em sua concepção consiste na independência econômica proporcionada pela entrada da mulher no mercado de trabalho.

A mulher, portanto, estudando e se profissionalizando poderia ter as condições econômicas que ajudaria a proporcionar liberdades de escolha. Isto deveria ser somado por mudanças psicológicas que acarretassem modificações na forma como ela se entendia como sujeito que assume suas responsabilidades. De modo a ser um sujeito maduro e adulto, sua conscientização deveria passar por meio das práticas educacionais que eram destinadas às meninas. Assim, a emancipação da mulher seria realizada⁴¹. Nesse aspecto a concepção do sociólogo a respeito do termo emancipação corroborou com o que as organizadoras do MIMDE entendiam a respeito.

3.4 A “outra”

Na foto abaixo, em meio à plateia, predominantemente “feminina”, eis que é notável uma única cadeira vazia. A quem pertenceria este lugar? O que a teria levado a não ocupá-lo?

⁴⁰ Discurso da coordenadora do MIMDE Maria Lírida Mendes de Figueiredo. Diário da Borborema 12 de fevereiro de 1971.

⁴¹ Discurso proferido pelo sociólogo Berilo Ramos Borba (Jornal o Diário da Borborema, 11 de fevereiro de 1971).



Figura 6: A cadeira vazia, simbolizando a ausência da prostituta.(Fonte: Museu Histórico de Campina Grande, 1971).

A prostituta, conhecida em nosso imaginário por práticas noturnas, cores fortes, nudez e outras tantas representações “promíscuas” e sensibilidades provocantes, foi excluído de participardesse evento com as outras mulheres. Embora o MIMDE tenha sido um evento que, em sua predominância, contou com a participação de mulheres letradas e “elitizadas”, as suas diretrizes mostram que o movimento incitava, discursivamente, pela participação de todas as mulheres, independentemente das condições sociais, econômicas, culturais e étnicas. Incluindo-se a prostituta, esta “outra” mulher cujos padrões morais não a permitiam mostra-se presente. Essa personagem, todavia, esteve presente através da cadeira vazia e da mensagem que a representa. E assim, a universitária Salete Cordeiro começou a narrar aquela que as organizadoras do MIMDE nomearam de Maria Madalena:

Senhora sociedade:

Quem vos escreve é uma representante da classe repudiada, esquecida, humilhada, que baniste de vosso seio. Degradada a ultima escala social, habita o chamadosubmundo. Reduzida à condição de objeto de prazer, onde somente a concupiscência, o vicio e o crime tem acesso. Por que a vida nos legou maldita sina? Que causa nos levou a palmilhar essescaminhos? Circunstâncias adversas que atendem pelos múltiplos nomes de fome, nudez, ignorância, sedução, enfim, subdesenvolvimento,

degradação moral e social. Enquanto com orgulho recebeis homenagem pelo exercício de vossas profissões, nós exercemos a nossa no anonimato e humilhação do nosso ofício, impedidas que fomos de desempenhar uma função mais digna. Somos relegadas ao desprezo, confinadas, perseguidas, enquanto alimentais a mentalidade de vossos filhos no sentido de que somos necessárias para satisfação de seus apetites sexuais desenfreados, preservando assim a virgindade de vossas filhas, irmãs e noivas, através do mercado vil de nossa carne, como se também não fôssemos pessoa humana, se também não tivéssemos pais e irmãos sofrendo conosco a nossa miséria e marginalização.⁴²

“A Mensagem da Prostituta para a Sociedade” lida pela universitária Salete Cordeiro ocorreu logo após a palestra do sociólogo Berilo Ramos Borba. A própria mensagem nos oferece suporte para entendermos os motivos pelos quais a prostituta é mencionada, mas ao mesmo tempo não contemplada como parte da plateia. Tal profissão, a partir da lógica das representantes do MIMDE, se constituía enquanto prática repugnante, uma repugnância que, no entanto, se embasou muito mais na condição que este sujeito se apresentava nas relações de gênero, do que necessariamente nos padrões sociais.

Nesta forma de pensar e de representar a prostituta, os membros do evento procuraram buscar causas sociais, econômicas e culturais que explicassem a permanência desta prática, dentre estas, as desigualdades socioeconômicas. A pobreza, assim, acarretaria à mulher a venda do corpo como objeto de prazer, se constituindo enquanto “coisa”. Somando-se a isso, para alguns sujeitos, sejam mulheres ou homens, havia a concepção natural de que a prostituição era uma prática a ser tolerada. Tolerância embasada nas concepções médicas oitocentistas de que o homem possuía uma aptidão sexual mais intensa que a mulher e de que a figura da prostituta viria a suprir esta necessidade, evitando que namoradas e esposas viessem a praticar a sexualidade de forma promíscua (COSTA, 1979).

Dessa maneira, nesta mensagem, as participantes do MIMDE acabaram por inserir na discursão, a necessidade de serem desconstruídas estas percepções a respeito do corpo e da sua funcionalidade de modo que, tanto homens quanto mulheres possuíam aptidões sexuais, não devendo haver este tipo de sujeição sexual por parte de algumas e em proveito de outras. Nisto foi inclusa mais uma equiparação entre os gêneros: a de que as mulheres, assim como os homens,

⁴²Carta escrita pela as participantes do MIMDE: Maria de Lurdes Ramalho, Maria Lírida Mendes de Figueiredo, Stela Oliveira de Andrade.

tinham o direito de desfrutar da sua sexualidade⁴³. Não obstante tais dizeres estes não foram suficientes para permitirem a presença física de uma das representantes da citada prática, pois a própria mensagem reiterou o caráter repugnante da prostituição pensada, inclusive, como obstáculo as políticas desenvolvimentistas da época:

Vê de a urgência de uma conscientização séria e profunda levando a humanidade a uma visão diferente na tentativa de curar essa chaga da qual somos vítimas inocentes (...). Como aquela outra mulher da história, algumas de nós, [a prostituta] sedentas de apoio e desejosas de recuperação, vos fazemos um apelo veemente angustiado para que nos deis as condições necessárias para participarmos também do desenvolvimento integral da humanidade.⁴⁴

A partir do dito, fica evidente que, tendo a mulher as condições básicas para exercer sua humanidade, tais como: a educação, a alimentação e a moradia, poderia evitar-se a prática e, ao mesmo tempo, tornaria este sujeito com potencialidades para contribuir com o desenvolvimento da nação e a desconstrução dos lugares que antes eram pensados para a mulher. Por outro lado, as participantes do MIMDE apelaram para a generalização do que sentiam as prostitutas a respeito da atividade que exerciam, como uma prática que fosse rejeitada por todas, sem considerar que neste grupo complexo encontravam-se, na época, mulheres que exerciam a profissão sem qualquer vontade de deixá-la.

A referida mensagem foi encerrada com os dizeres que partem da terceira linha em diante da citação exposta anteriormente. De pé, com o texto em mãos, a universitária Salete Cordeiro finalizou, sob calorosos aplausos, o escrito que foi elaborado para analisar o lugar social e cultural da prostituta (Diário da Borborema, 1971). A leitura deste documento fez parte dos últimos momentos do evento:

⁴³ Carta escrita pela as participantes do MINDE: Maria de Lurdes Ramalho, Maria Lírida Mendes de Figueiredo, Stela Oliveira de Andrade.

⁴⁴ Carta escrita pela as participantes do MINDE: Maria de Lurdes Ramalho, Maria Lírida Mendes de Figueiredo, Stela Oliveira de Andrade.



Figura 7: Mensagem da prostituta, proferida pela universitária Salete Cordeiro. (Fonte: Museu Histórico de Campina Grande, 1971).

Para enfatizar a importância da emancipação da mulher nos níveis social, político, cultural e econômico, realizou-se uma cerimônia intitulada: “Títulos de Menção Honrosa as Mulheres que Ocupam Posição de Destaque na Vida Política Administrativa, Social, Econômica e Cultural do Nordeste” (Programa da solenidade do MIMDE, Campina Grande, 09 de Fevereiro de 1971). Quarenta e sete mulheres, todas estas presentes na plateia, foram nomeadas com seus respectivos cargos profissionais, especificamente aqueles que se destacavam enquanto profissões que estendiam significativos poderes e responsabilidades às mulheres que exerciam, a exemplo da Ana Suassuna, assessora do planejamento e recursos humanos da URN, e Vilma Cardoso Monteiro, diretora do Instituto de Filosofia e Ciências

Humanas da UFPB. Dessa forma, buscou-se enaltecer a equiparação das capacidades de gestão que as mulheres apresentavam em relação aos homens, sendo as primeiras tão competentes quanto os segundos. Não devendo haver restrições de cargos que fossem ocupados de acordo com os gêneros.

No que concerne ao encerramento, tem-se apenas a menção às três últimas solenidades que conduziram a finalização do evento. Apenas se sabe que ocorreu a declamação do poema “A Mulher”, de autoria do educador campinense, Anésio Leão⁴⁵, pela universitária Mércia da Nobrega Leão. E na sequência foi facultada a palavra a alguém que a documentação não menciona. E, por fim, foi cedida a palavra ao presidente da mesa, o Tenente Coronel Wilson Ribeiro Raizer. Essa figura masculina, utilizada para legitimar o evento, foi o mesmo responsável por abri-lo e por encerrá-lo.

Portanto, o 11 de Fevereiro de 1971 em Campina Grande representou muito mais que a realização de um evento feminista pioneiro na cidade. O evento reivindicava e comemorava de forma antecipada o Dia Internacional da Mulher, apenas oficialmente reconhecido para a data atual, em 1975, pela ONU (PEREIRA, 2003). Acrescenta-se que o MIMDE, além de discutir as condições sociais, culturais, econômicas e políticas que vivenciavam as mulheres no contexto geral, se direcionou a lançar bases para que a emancipação e a equiparação entre os gêneros se distendesse do “mundo das ideias” e se tornassem práticas realizáveis. Doravante, pergunta-se: Qual a repercussão do MINDE? Como essas ideias, posteriormente, se constituíram em atos? Que outras práticas desse grupo se sucederam após a realização do evento? Quais os ganhos e as perdas e os obstáculos que Lírida e suas companheiras obtiveram após a realização do MINDE?

Tais indagações serão analisadas no capítulo a seguir, o qual o leitor terá conhecimento da atuação das organizadoras do evento no intuito de efetivarem práticas e as ideias que foram discutidas pelo MIMDE.

⁴⁵O professor Anésio Leão fundou no ano de 1920 em Campina Grande o “Instituto São Sebastião”, inovando a educação campinense, pois o instituto incluiria não só a educação para meninos, mas também para meninas, acabando com a separação educacional entre os gêneros. Autor de vários poemas como o citado acima e também de livros de poesia, como: “Gritos d’Alma” (de 1935 editado em João Pessoa), tornou-se o patrono da Academia de Letras de Campina Grande. Para saber mais: <<http://cgretalhos.blogspot.com.br/2011/04/anesio-leao-um-dos-maiores-educadores.html#.U9jkM2NkKwQ>>

4 “A ARRANCADA DO PROGRESSO”: AS MULHERES DO MIMDE NA POLÍTICA CAMPINENSE

Pela primeira vez na História campinense um grupo de mulheres se reúne em torno de uma causa comum: estudar a viabilidade da participação feminina na vida política da cidade como forma de integração da mulher, de forma definitiva, no desenvolvimento sócio-político-cultural de Campina Grande, sobretudo porque não será esta a primeira vez no mundo que a mulher participará por decisão de outras mulheres, no processo político (Jornal da Paraíba, 21 de outubro de 1971).

A matéria produzida pelo periódico *Jornal da Paraíba*, publicada no dia 21 de outubro de 1971, se dedicou às reuniões que Maria Lírida realizava junto às demais mulheres que promoveram e participaram do congresso do MIMDE em Campina Grande. Tais encontros ocorridos, a *posteriori*, se fizeram em sua maioria no Colégio Imaculada Conceição, conhecido como Damas⁴⁶. Percebemos que, embora o movimento tenha tido uma atuação curta, suas integrantes permaneceram operando por todo o ano de 1971, defendendo as ideias que propuseram no dia 11 de Fevereiro do mesmo ano, com o acréscimo da tentativa de candidatura e da eleição política de algumas das líderes, para que as concepções que defendiam pudessem de ser realizáveis. Desde então, o principal intuito das componentes do MIMDE se referia na inserção da mulher campinense no âmbito político, da cidade. Um espaço que, no entanto, se apresentava limitado, ainda, para o gênero feminino.

Isto se explica em decorrência do Golpe Militar ter efetuado o cancelamento das eleições diretas para a Presidência da República, cujos atos adicionais números 1 e 2 distenderam esse ordenamento para os cargos estaduais e municipais. Doravante, a ocupação dos cargos públicos partia de uma nomeação proveniente de uma vinculação com as autoridades militares e quando locais, das votações nas câmaras estaduais e municipais, ocasionando a permanência do ambiente político como de excelência do sujeito masculino. Conforme Alves (2005), o voto se realizava publicamente para que o Estado de Segurança Nacional tivesse o controle sobre as eleições e os possíveis elegidos. Segundo Rabay e Carvalho (2010), entre

⁴⁶O Colégio das Damas foi fundado em Campina Grande no dia 01 de Março de 1931 pelas irmãs Dominique, Alice, Livine e Martins. Pertencentes a Congregação das Damas da Instrução Cristã. As irmãs aplicariam nas Damas um dos principais objetivos da ordem religiosa, que seria levar e colocar em prática, os princípios católicos no âmbito educacional. Atualmente a escola continua funcionando na cidade e as irmãs, desta mesma ordem religiosa, permanecem coordenando o espaço escolar. Disponível em: <<http://www.cicdamas.com.br/institucional/historia.asp>>. Acesso 24 outubro 2015.

os anos de 1960 e 1970, uma prática utilizada pelas mulheres brasileiras se destacava para ultrapassar esses obstáculos: ser parente ou esposa de um político influente ou cassado pelo regime.

Como exemplo, nas eleições de 1966, tal posição social proporcionou que 39 mulheres concorressem em diversas câmeras estaduais à candidatura, ocorrendo no total: 11 eleitas, muito embora na Paraíba não sejam encontrados vestígios de candidatura às legislativas estaduais para esse ano. Todavia, isso não significou que as mulheres campinenses fossem isentas do exercício em cargos políticos da cidade em décadas anteriores. O Jornal da Paraíba, na edição citada anteriormente, tornou pública que a Casa de Felix Araújo, a Câmara Municipal de Campina Grande, já havia sido composta por mulheres que ocuparam a vereança campinense⁴⁷ na década de 1950:

“Dessa importante decisão para todas as mulheres campinenses, haverá de surgir duas candidatas à Casa de Félix Araújo, que noutros tempos possui como membros da estirpe de Dulce Barbosa e Didita Venâncio, que souberam honrar de maneira plena o mandato popular.” (Jornal da Paraíba, 21 de outubro de 1971).

A partir de 1970, com a proibição da candidatura das esposas de políticos cassados, as candidaturas tornaram-se mais restritas para o público feminino, exigindo-se, inclusive, um perfil para tanto:

“Com raras exceções, a maioria das mulheres (que ocuparam cargos eletivos no Estado [legislativas estaduais]) está ligada a esquemas eleitorais viciados e guarda relações de parentesco (esposa, irmã, ou filha) com algum político expressivo no cenário local. Além disso, utilizou estereótipos femininos para se eleger – a mãe sofredora, a bem feitora, a professorinha, a boa esposa, entre outros - indicando que uma retórica de manipulação da identidade feminina tradicional pode gerar dividendos políticos.” (RABAY, CARVALHO, 2010, p.35).

Embora, conforme disse informalmente, Lourdes Ramalho, de que Lírída era uma mulher “a frente do seu tempo”, a mesma se distanciou da retórica agora apresentada, buscando se inserir no movimento das mulheres que se enquadravam no perfil supracitado. Em uma das reuniões que foi realizada no Colégio das Damas,

⁴⁷Maria Dulce Barbosa foi vereadora de Campina Grande na primeira legislatura da cidade: de 1947-1951. Ela também foi a primeira prefeita eleita na Paraíba, administrando a cidade de Queimadas, a partir do ano de 1963. A respeito de Didita Venâncio nada fora encontrado. Disponível em <<http://www.onordeste.com/onordeste/enciclopediaNordeste/index>>. Acesso 25 outubro de 2015>.

encontrou-se a permanência de participantes que estiveram presentes no Congresso, tais como a irmã Stefânia, diretora do Instituto Irmã Santa Bernadete e Lourdes Ramalho, na época diretora do Colégio Estadual Tiradentes. Acrescidas de outras mulheres que pertenciam à elite e, pelos cargos que ocupavam, eram consideradas “mulheres de respeito e valor”⁴⁸, assim como: “ a médica Lírida Figueiredo, do MIMDE; Carolina Zilli e Luci Cartacho, da Rede Feminina de Combater ao Câncer” (Jornal da Paraíba, 1971). Educadoras, religiosas, mães, benfeitoras... Eram estas as mulheres que compuseram o MIMDE, quer seja no congresso, quer seja nas atuações posteriores. Mulheres cultas, tidas de boa índole e elitizadas.

O movimento feminista em Campina Grande, portanto, não se destoou de outros movimentos feministas neste aspecto: uma militância excludente, cujas ações e ideias permaneceram circulando em um grupo restrito. Não se pode negar que os textos circulam por outros espaços e outros contextos e permitem outras (re) leituras e (re) apropriações por sujeitos que não provem do grupo que lhe é destinado, a respeito às mulheres populares de Campina Grande (CHARTIER, 1990).

Entretanto, as geografias e os suportes que os textos do MIMDE se davam a ler e, assim, a circulação das concepções que suas integrantes defendiam, eram de difícil acesso as pessoas que não faziam parte da elite campinense. Essas mulheres, lideradas por Lírida, ambicionavam inserir algumas das representantes da organização na política municipal, no pleito a vereança que se realizou no ano de 1972.

⁴⁸As mulheres que estiveram presentes na reunião: A advogada Margarida Rocha, do apostolado da Oração; Lourdes Almeida, da Casa de Caridade; Armenia Soares, da Casa da Amizade; Albertina Bezerra, coordenadora do Clube de mães; Tereza Madalena Braga, diretora do Colégio Pio XI; irmã Maria Rosa, diretora do Colégio das Damas; Lourdes Ramalho diretora do Colégio Tiradentes; Dorziart Quirino, da Escola Normal Estadual; Terezinha Monterio Fialho, da Fundação Manoel Bandeira; Luísa Barbosa, da Igreja Batista da Liberdade; Leônia Leão da Nobrega, da Igreja Evangélica Congregacional; Universitárias Mirtes Medeiros, Francisca Calvacanti e Célia Quirino, da Igreja Presbiteriana Central; Margarida Guedes Braga, do Instituto Menino Jesus; Conceição Bezerra, do Regina Coeli; irmã Ângela Beleza, do Instituto São Vicente de Paulo; irmã Stefânia, diretora do Instituto Santa Bernadete; Maria das Graças Henriques, diretora do Instituto Sul Americano; Neves Catão do Lions Centro; Universitária Carolina Pereira Neto, do Movimento Bandeirante; médica Maria Lírida Mendes de Figueiredo e universitárias Amarília Sales e Fátima Patrício, do MIMDE; Carolina Zillie e Lourdes Cartaxo, da Rede Feminina de Combate ao Câncer e a assistente social, Maria Nazaré Nogueira (Jornal da Paraíba, 21 de Outubro de 1971).

4.1 As articulações das militantes do MIMDE para o Pleito de 1972

Na reunião ocorrida na segunda semana de outubro de 1971, a médica estabeleceu as normas para que duas das participantes do MIMDE viessem a se candidatar para o cargo de vereadoras:

1- Serão duas as candidatas a vereadoras, uma pela Arena e outra pelo MDB; 2- As candidatas deverão ser escolhidas entre todas as mulheres com filiação partidária em ambos os partidos; 3- Cada aspirante ao cargo deverá em data previamente marcada apresentar a programação que pretende desenvolver; 4- As candidatas agirão segundo uma linha de fidelidade partidária. Entretanto, caso haja mais de um candidato a prefeito, por qualquer dos partidos, deverão elas assumir o compromisso de não fazerem indicações nem externarem publicamente preferência por nenhum dos candidatos, cabendo-lhes indicá-los em conjunto, dando ênfase a linha do partido (Jornal da Paraíba, 21 de outubro de 1971).

O bipartidarismo foi outorgado, em 1965, pelo governo Castelo Branco, ainda no Ato Adicional de número 2. Ato este, que estabelecia a existência de somente dois partidos políticos. Neste sentido, os militares visavam à própria legitimação, com a pertinência de um partido que apoiava o governo em exercício, denominado a Aliança Renovadora Nacional (ARENA); e um outro “de oposição responsável”, ao qual caberia oferecer crítica construtiva ao governo” (ALVES, 2005, p.115) reunindo todos os demais partidos que faziam parte da oposição, sob o nome de “Movimento Democrático Brasileiro”(MDB).

A exigência, por parte de Lírida, da vinculação a um dos dois partidos, deveu-se em decorrência de não serem permitidas a existência de outras organizações políticas que não as citadas, o que as inviabilizava de qualquer possibilidade de candidatura caso insistissem em fundar uma entidade partidária própria. Ao mesmo tempo, que restringia a participação para o pleito de outras mulheres que não estivessem vinculadas ao MIMDE, já que, aparentemente, a organização e as concepções defendidas pelas participantes, eram bem recepcionadas e até mesmo incentivadas, pela elite política de Campina Grande (Jornal da Paraíba, 1971).

A respeito de cada uma das candidatas serem representadas por partidos diferentes, sem a demonstração de apoio aos candidatos a prefeitura, foram práticas que visavam legitimar a candidatura e facilitar possíveis apoios que tornassem admissível a eleição.

As articulações para as eleições municipais, de 1972, se iniciaram já no ano de 1971. Para este pleito, seriam ofertadas vagas para um prefeito e 15 vereadores. Os jornais que circulavam em Campina Grande na década de 1970, especialmente o Jornal da Paraíba, buscou propagar e informar ao seu público leitor a respeito dos possíveis candidatos e as tramas políticas, dentre estes se destaca o Orlando Almeida, pertencente ao partido da oposição MDB. O mesmo já havia governado a Cidade durante o período de 13 de março de 1969 a 14 de março de 1969, quando o então prefeito eleito pelo mesmo partido, Ronaldo Cunha Lima⁴⁹, foi cassado. (Jornal da Paraíba, 1971). Orlando Almeida, em entrevista cedida a edição do Jornal, agora apresentado e exercendo o cargo de deputado Estadual, estava ciente das possibilidades de não vir a exercer sua candidatura, em decorrência do vínculo para com então político cassado Ronaldo Cunha Lima. Para Orlando Almeida "(...) somente a justiça eleitoral caberá decidir sobre minha candidatura, após ser provocada através de consulta que peso formular em hora oportuna"⁵⁰.

A desconfiança apresentada pelo possível candidato ajuda a compreender o motivo pelo qual o General Presidente Médici, ainda no ano de 1971, se direcionou a visitar todo o Brasil, incluindo a Paraíba⁵¹, no intuito de angariar votos para os candidatos da Arena, evitando que os candidatos do MDB viessem a ocupar cadeiras, tanto para chefes municipais, quanto para os cargos nas vereanças.

Com estas visitas, Médici, também, buscava propagar a ideia de que o Regime Militar preocupava-se com o desenvolvimento de regiões pouco expressivas no cenário político-econômico, do contexto, e a disposição de sua gestão em melhorar as condições sociais e econômicas de cidades interioranas, a exemplo de Campina Grande (Jornal da Paraíba, 1971). Em meio a estas articulações políticas, ocorridas no mês de outubro, na segunda semana deste mesmo mês, as integrantes do MIMDE se reuniram no Colégio das Damas e buscaram apresentar e discutir as

⁴⁹Ronaldo Cunha Lima foi eleito no ano de 1968 e cassado no ano de 1969 pelo regime da Ditadura Militar, que o proibiu de se candidatar no período de dez anos. O mesmo saiu da cidade de Campina Grande e foi morar no Rio de Janeiro. Tempos depois, Ronaldo volta, consegue se candidatar, e mais uma vez, é eleito prefeito da Cidade através do voto popular. Disponível em: <http://paraibaonline.com.br/colunas_print.php>. Acesso em: 01 de março de 2015.

⁵⁰Entrevista do ex-prefeito de Campina Grande Orlando Almeida, ao Jornal da Paraíba, publicada na edição do dia 10 de novembro de 1971.

⁵¹ Não encontramos a informação do dia que o Presidente Médici estaria na Paraíba. Na matéria do Jornal da Paraíba, do dia 10 de outubro de 1971, indica, somente, que o Estado estava incluso na agenda de visitas do presidente.

relevâncias que uma possível candidatura e eleição feminina teriam para a viabilização das propostas da organização; bem como as práticas e os dizeres que seriam utilizados para o convencimento de serem eleitas, durante a campanha eleitoral. Seisdas integrantes do movimento discursaram e expuseram tais proeminências. A primeira delas foi a Irmã Ângela Beleza:

Irmã Ângela Beleza: Se a ideia se concretizar não se deve levar em conta, durante a campanha nem as questões partidárias nem o problema da emancipação da mulher. O que está em jogo é a integração da mulher não só no processo político como também no econômico e social da comunidade⁵²

A irmã Ângela, enquanto membro da Igreja Católica apresentou um discurso, em certos aspectos, bastante conservador, especialmente quando sugeriu que a temática da emancipação da mulher não fosse uma das questões a serem partidárias.

Compreende-se, desta forma, porque o termo emancipação, como foi dito no capítulo I, pressupõe o deslocamento da posição da mulher enquanto um sujeito submisso e dependente nas relações de gênero, o que a instituição religiosa, no contexto, tendeu a enfatizar e ensinar. Doravante, em sua concepção, a inserção da mulher na política teria como função transformá-la numa colaboradora do homem para além do lar, o auxiliando nas decisões públicas e de interesse social para ambos os gêneros, sem que a ocorresse à desconstrução de que a mulher poderia viver destituída da relação com o masculino, sobretudo, a matrimonial.

Esse posicionamento, proveniente de uma das participantes do MIMDE, corroborou o nosso entendimento de que o grupo, mesmo tendo uma diretriz e um objetivo principal norteador para suas ideias e ações, apresentava contradições nas posições defendidas. Suas integrantes leem e constroem significados diferentes e plurais ao que as ideias feministas defendiam nos anos de 1960 e 1970, pois cada uma das mulheres que vieram a compor a organização foram sujeitos com historicidades, pluralidades, referências espaciais, sociais e culturais que permitiram as mesmas interpretações regradas, por vezes compartilhadas, mas não isentas de

⁵²Entrevista da Irmã Ângela, ao Jornal da Paraíba, publicada na edição de 14 de outubro de 1971.

criação e de elaboração (CHARTIER, 1990). Na sequência a médica Maria Lírida foi convidada para expor sua opinião a respeito:

Lírida Figueiredo: O grande cabedal de cultura e experiência dos homens deve e pode ser enriquecido como os valores femininos desde que homem e mulher devem se completar em todos os planos de existência humana desde o sexual até o social⁵³.

O termo “complementar” empregado por Lírida para justificar a necessidade da participação feminina na política, evidenciou certa moderação no seu discurso nesse momento, quando comparado ao apresentado no dia do evento, a respeito das relações de gênero. Notamos que a mesma substituiu o termo equiparação e emancipação que se apresentavam bem mais “radicais”, por uma palavra que se referiu a uma posição que pensa a mulher como aliada do homem, ao invés de independente deste. Modificações discursivas que, possivelmente, foram decompostas para que os apoios às candidaturas fossem promovidos por parte de pessoas influentes na cena política campinense. O discurso de Carolina Zilly que, ocorreu posteriormente ao de Lírida, legitimou com o que a médica defendeu:

Carolina Zilly: Creio ser de importância capital a integração da mulher na vida política. Assim ela teria uma participação mais ativa na vida de seu país. E mesmo é preciso lembrar que a sociedade de mais perfeita é a que une homens e mulheres.

Os três últimos discursos foram o da Doziart Quirino, o da Amarília Sales e o da Fátima Patrício:

Doziart Quirino: A participação da mulher na política é uma necessidade imperiosa e inadiável, quer na área legislativa, quer na área executiva. Se a elaboração das leis é de iniciativa racionalmente masculina é lógico que elas não se adequam totalmente ao mundo feminino e, sem sobra de dúvidas, apresentam falhas para comunidade em geral porque ao elemento masculino a inclinação a minúcia, a generosidade, à intuição que são próprias da psicologia feminina. Amarília Sales: Os homens já estão encarando hoje a participação da mulher com a mais naturalidade, inclusive chegando mesmo a nos convidar para enfrentar a luta junto dele.

Fátima Patrício: Não se deve confundir emancipação da mulher com superioridade da mulher para que se estenda entre ela igualdade entre os sexos⁵⁴.

⁵³ Entrevista da médica, Maria Lírida Mendes de Figueiredo ao Jornal da Paraíba, 14 de outubro de 1971.

⁵⁴ Entrevista de Doziart Quirino ao Jornal da Paraíba, 14 de outubro de 1971.

As falas de Doziart Quirino se apresentaram de forma mais crítica quando comparada as demais. Na concepção da mesma, as ideias do MIMDE apenas sairiam do papel se as mulheres atuassem na política e no setor legislativo para que, assim, as leis e os projetos em favor da emancipação da mulher fossem postos em prática. Os homens, por serem parte de outro lugar sociocultural, não seriam sensíveis, nem tão pouco conscientes das necessidades do grupo feminino. Enfatizou, ainda, que a mulher não está à parte do social, mas inserida na sociedade e nas relações sociais, cuja ausência de sua participação política, na ocupação dos cargos no legislativo, acabaria por acarretar uma desarmonia social, porque as leis beneficiavam aos homens e em detrimento das mulheres.

Quanto a Amarília Sales, seu discurso se posiciona de modo a confirmar a aceitabilidade masculina com relação à reivindicação feminina de adentrar o político, o que pareceu contraditório para o contexto. Por outro lado, o texto da Fátima Patrício acabou por reafirmar a principal proposta do evento, ao afirmar que equiparar mulher ao homem não é, sob hipótese alguma, torná-la superior a este último, mas igual em direitos e deveres. Nesse sentido, as organizadoras do MIMDE, ao negarem a superioridade da mulher em relação ao homem, acabaram que por se distanciarem do modelo do feminismo da chamada “Segunda Onda”, selecionando o que deste seria utilizado.

Ainda no que concerne a participação da mulher na política, as participantes buscaram enaltecer a necessidade da mulher em adentrar no âmbito político, demonstrando, tratar-se de um objetivo que apresentava dificuldades, justamente, na ausência da aceitabilidade por parte dos homens da política campinense e que, contraditoriamente, Amarília Sales veio a afirmar. Assim sendo, a insignificância da candidatura feminina para os homens da cidade era tão evidente, que a própria Lírida cedeu entrevista ao Jornal da Paraíba, no dia 23 de outubro de 1971, e falou a respeito das candidaturas femininas para o pleito de 1972, e da importância destas no cenário político local:

A propósito dessa deliberação ouvimos, ontem, a médica Lírida Figueiredo, coordenadora do MIMDE (Movimento de Integração da Mulher no Desenvolvimento), uma das entidades que se faz presente, através de várias de suas associadas, aquele encontro na última terça-feira [Encontros nas DAMAS]. Falando a respeito de como se explica esse novo interesse da

mulher para uma maior integração na vida social e política da comunidade, desse-nos Lírida Figueiredo que “a maior participação da mulher campinense na vida política social representa nada mais, nada menos, que um reflexo dessa nova arrancada de progresso que Campina Grande está experimentando”⁵⁵.

Nos demais trechos, Lírida respondeu acerca da possibilidade de uma possível recusa dos partidos ao registro das candidaturas femininas:

Reportamo-nos a candidatura da senhora Leônia Leão da Nobrega, no pleito passado, quando aquela educadora e intelectual campinense, disputando uma cadeira na Câmara Municipal, sofreu fragorosa derrota tendo a coordenadora do MIMDE explicado que “na última campanha municipal não havíamos ainda, despertado suficientemente para os nossos reais valores e obrigações sociais. (...) Seria até uma afronta aos chefes dos partidos pensarem que eles sejam tão atrasados. Estamos absolutamente confiantes na evolução mental e senso de justiça de ambos. Ademais essa possibilidade seria praticamente impensável, pois na hipótese de um partido nos recusar, não iriam essa mulheres marginalizadas (preteridas?) engrossarem a fileiras de outro partido? para concluir afirmando que “os homens de bem aqueles que agem com retidão de justiça, jamais nos temerão ou pensarão em nos opor.(...) “a política e a economia não podem e não devem ser entregues somente aos homens. Estes setores exigem também a presença da mulher que com sua intuição e sua ligação mais direta e pessoal a problemática dos sentimentos humanos poderá pacificar as situações conflitivas e humanizar as relações político-econômicas”⁵⁶.

A entrevista cedida por Lírida ao periódico demonstrou que as candidaturas de mulheres em Campina Grande, com a possibilidade de uma eleição, se apresentavam dificultosas na cidade. Percebe-se a persistência de concepções e relações patriarcais que ainda rejeitavam a mulher no espaço público e decisório. Isto ficou claro ao se observar que a coordenadora do MIMDE buscou, através desta e de outras formas, divulgar as justificativas e a importância da mulher adentrar na política local. Se utilizando do projeto desenvolvimentista proposto pelo Governo Militar, pautado nas concepções de desenvolvimento e de progresso, a mesma enalteceu que as nações ditas progredidas eram aquelas cujas mulheres atuavam na vida política do seu país.

⁵⁵ Entrevista da coordenadora do MIMDE, Maria Lírida Mendes de Figueiredo ao Jornal da Paraíba, 23 de outubro de 1971.

⁵⁶ Entrevista da coordenado do MIMDE, Maria Lírida Mendes de Figueiredo ao jornal da Paraíba, 23 de outubro de 1971.

Para tanto invocou o Historiador Sueco Eric Gustaf para demonstrar que na Suécia as mulheres participavam ativamente da política (Jornal da Paraíba, 1971). As mulheres, na concepção de Lírida, eram vistas como fundamentais para o melhoramento da economia e das relações políticas, pelos mesmos sentimentos humanitários que o sociólogo Berilo Borba disse de sereminatos a mulher, como apresentamos no segundo capítulo.

Por outro lado, o jornal enfatizou a possibilidade das candidaturas serem rejeitadas e mesmo as eleições femininas não serem efetivadas, por uma recusa que partiria dos políticos homens de Campina Grande. Para se chegar ao assunto, o periódico tomou como exemplo a derrota da candidata Leônida Leão da Nobrega para o cargo de vereança no pleito anterior. Lírida justificou tal derrota, dizendo que a mentalidade de homens e mulheres no pleito anterior não apresentava consciência política quanto à necessidade das mulheres participarem da vida política.

A partir do jornal, a mesma afirmou mudanças no modo de pensar de mulheres e de homens: as mulheres do MIMDE, através do movimento, teriam construído esta conscientização para a participação política da mulher; os homens pela participação notável no evento teriam demonstrado interesse e apoio às ideias da organização e, assim, na concepção de Lírida, não apresentariam oposição à candidatura ou mesmo a eleição de uma das candidatas.

Tais afirmações de Lírida conduzem a levantar alguns questionamentos: haveria ocorrido, de fato, uma conscientização da mulher, quanto a sua importância nas atividades políticas da cidade? A que mulher se referiu Lírida quando falou de conscientização política? Estaria inclusa entre a mulher popular de Campina Grande? E os homens da política campinense, estariam dispostos a compartilhar do mesmo espaço que sempre ocuparam por excelência?

4.2 Circulação das concepções feministas?

Enquanto Lírida e as demais participantes do MIMDE defendiam ideias que se aproximavam do feminismo, outras mulheres paraibanas, sejam elas da elite ou não, pareceram distantes de tais concepções e posicionamentos. E, quando aparentaram de terem algum discernimento a respeito, apresentaram-se de forma sucinta, já que o feminismo, assim como, as propostas do MIMDE circulavam lentamente pelas

cartográficas paraibanas. Nesse sentido, no decorrer da pesquisa, teve-se a impressão de que a defesa e a conscientização da mulher para adentrar o âmbito político restringiram-se a poucas mulheres, a exemplo das atuantes que organizaram o objeto de estudo ora analisado, não sendo, inclusive, disseminado, consideravelmente por outras mulheres paraibanas que provinham de grupos privilegiados socioeconomicamente. Para o contexto paraibano, não encontramos documentos produzidos pela elite e para a elite que possam nos dizer o contrário.

A respeito disso, a Revista Cabo Branco contribuiu para que se elucide o agora dito. Importante periódico circulante em todo Estado, incluindo Campina Grande, tinha como função divulgar os eventos da elite paraibana e dedicou uma edição especial para homenagear as debutantes do ano de 1971. Nesta edição, foram apresentadas entrevistas das adolescentes as quais fizeram parte da festividade, estando incluso, neste conteúdo, os sonhos, as aspirações, os posicionamentos políticos, econômicos e culturais das mesmas.

Disso, teve-se pertinência para saber-se o que estas outras mulheres, também pertencentes à elite, concebiam de si, das demais mulheres e do período em que viviam. Assim, foi editada as falas das *debutts* Alba Rejane Medeiros Wanderley e Carmem Coeli Lopez:

Alba Rejane Medeiros Wanderley:

Estuda no colégio Estadual da sua cidade “Pombal”, na 1ª série do curso científico. Depois de concluir seus estudos espera atingir os seus ideais de felicidade, no aconchego de um lar onde pretende viver os papéis de esposa e mãe. Amante da leitura aponta como seus autores preferidos: Cronin, Saint-Exupéry e Erico Verissimo, leu entendeu e gostou do livro intitulado “Apologia de Sócrates”. Alba Rejane é uma garota divertida que vai ao cinema frequentemente porque gosta, ouve música porque possui sensibilidade artística (Roberto Carlos e Chico Buarque de Holanda). Seus pais não podem ser considerados cafonas porque aceitam os novos conceitos de vida moderna e procuram acompanhá-la sem criar problemas. Afirma que o romantismo não morreu, apenas a maneira de demonstrá-lo é que sofreu modificações. Dos fatos de âmbito internacional o que mais a empolgou foi a viagem do homem a lua. (...)

Carmem Coeli Lopes:

Estuda no Colégio Estadual de João Pessoa. Gosta de ciências, (...) estudante organizada, procura metodizar sua vida escolar para poder obter melhor aproveitamento. Vencer pelo seu próprio esforço e saber enfrentar as intempéries são seus ideais. Espera ser médica no futuro. Interessa-se pela política. Sabe que o desenvolvimento e o prestígio de uma nação dependem da escolha de homens dignos e inteligentes, por isso espera também participar dessas escolhas. Admira nos nossos dias o presidente Emílio Médici, João Agripino, Jarbas Passarinho e o Deputado paraibano Wilson Braga (Revista Cabo Branco, dezembro de 1971).

Embora tenhamos ciência de que essas informações passaram por recortes e que dessas falas apenas nos chegaram o conteúdo que os editores da revista entendiam como importantes e cabíveis de serem publicados, os trechos acima nos levam a notar continuidades e rupturas quanto às representações ao gênero feminino e as possíveis interlocuções com as ideias de caráter feminista. A debutante Alba Rejane Medeiros Wanderley, assim como outras⁵⁷ que foram selecionadas pela revista, apresentou aspirações que demonstram a permanência de muitas mulheres, ainda, se pensarem como destinadas para o lar e para a família. A mesma nem se quer mencionou a possibilidade de continuar os estudos, ter uma profissão e, assim, alcançar a independência financeira, aspecto que, aliás, mostraram ser bastante ressaltados pelas participantes do MIMDE.

É importante destacarmos que se tratou de uma jovem que tinha acesso à informação e que, porém, apresentou-se indiferente ao que acontecia no cenário político brasileiro e os movimentos sociais em voga. Ainda que o conteúdo exposto pela revista tenha passado por um clivo, como foi dito, de seleção, é possível perceber que as concepções que faziam parte das diretrizes e do projeto do MIMDE estavam circulando, lentamente, e isto nota-se por meio do que falaram as outras homenageadas.

Um exemplo disto foi o perfil da Carmem Coeli Lopez que, diferentemente da apresentada anteriormente, almejava seguir a carreira de médica para, assim, obter sua independência financeira. O cargo ambicionado pela maioria das entrevistadas era desse modo desejado, por ser a profissão médica desde sua legitimação um ofício elitista (SOUSA, 2013). E que segundo Sousa (2013) tornava-se uma profissão de desejo, por parte da elite paraibana, em decorrência de no Estado ter-

⁵⁷Algumas das participantes que foram selecionadas para dar entrevista a Revista Cabro Branco: Alba Rejane Medeiros Wanderley, Ana Lúcia Miranda Santiago Mousinho, Dayse Ellen Tavares de Melo, Dores Amorin Pontes, Elizete Rocha Correia, Francineide de Luna Máximo, Glaucia Angélica Maranhão, Gianna Cavalcanti, Paula Marques, Heliana Maria Teófilo Magalhães, Isis Maria de Sarmiento Queiroga, Liege de Miranda Chaves, Luiza Augusta Coutinho Barsi, Ligia Peixoto Duarte, Luzia de Almeida Costa, Lucia de Fátima Massa Spinelli, Mary Anne de Sousa Vidéres, Maria Donizzet da Costa Gosson, Maria Elizabeth Pessoa Diniz, Maria Emília Correia dias de Araújo, Maria das Graças Albuquerque Cezar, Marly Gusmão Ribeiro da Costa, Helena Henriques dos Santos, Maria de Nazaré Tavares Zemaibe, Maria Zélia Guimarães Correia, Natalia Maria seixas Queiroga, Nereida Nóbrega Nery, Norma Suely Pereira, Raquel Meneses Pereira Gomes, Regina Eny Sales de Miranda, Roseane de Fátima Fonseca Ramos, Rosane Maria Xavier Toscano, Rosália Pinto Navarro, Stella Maria Pereira Lima, Telma Sales Pontes, Teresa Cristina de Oliveira Lima, Vânia Lúcia Frazão, Verônica de Fátima Cunha Pereira, Virginia Bezerra Cavalcante Dantas, Heloisa Helena Coelho Monteiro.

se dois cursos de Medicina: um pela Universidade Federal da Paraíba, em João Pessoa; e outro pela Faculdade de Medicina de Campina Grande.

Por outro lado, a mesma debutante enfatizou importar-se pela política e a importância da mulher em participar dos pleitos como votante consciente. Apesar de que seus dizeres restringiram a conscientização política ao mero exercício do voto, negligenciando que o desenvolvimento e o prestígio de uma nação, também, se pautavam através da candidatura e da eleição de representantes do gênero feminino para os cargos políticos. A entrevistada que mais se contrastou, Elizete Rocha Correia, tinha o seguinte perfil:

Elizete Correia Rocha:

Estudante aplicada do Colégio Estadual ABC, concluiu com êxito a 4ª série ginasial. Gosta de Português entre todas as matérias do seu currículo escolar e, como todas as adolescentes, são muitos os seus planos para o futuro. Pretende em primeiro lugar, formar-se em Filosofia. Depois estagiar no Brasil e no exterior para aperfeiçoar os seus conhecimentos. E por último, adquirir sólida situação financeira. Não falou em casamento, talvez por conveniência... (Revista Cabo Branco, dezembro de 1971).

Elizete Rocha Correia apresentou características que muito se assemelham as concepções defendidas pelos membros do MIMDE. O matrimônio não foi um de seus objetivos e aspirações, embora a revista buscasse negar tal escolha, por ser um veículo que circulava por um grupo conservador, a saber, políticos, empresários, educadores, religiosos, etc. Sua principal preocupação esteve, por conseguinte, em torna-se uma intelectual, em construir um censo crítico e em ter uma carreira estável. O seu perfil indicou tratar-se de uma jovem cuja principal preocupação correspondia em alcançar a independência financeira através da profissionalização. Uma reivindicação feminista que, como foi mostrado nos capítulos anteriores, teve um cenário político econômico favorável para serem alcançados.

Para Beléns(2010), as políticas públicas do Regime Militar voltadas para o setor da educação, tinham também como pressuposição o incentivo a profissionalização feminina, através da criação de faculdades e das instituições técnicas que visavam instruir, preparar e inserir jovens mulheres no mercado de trabalho. Um exemplo disso foi à criação da Escola Técnica Redentorista, em Campina Grande. Criada pela Ordem Redentorista, no ano de 1971, deu pertinência para que jovens da elite, mas principalmente as meninas pobres, obtivessem a independência financeira por meio da profissionalização técnica. Desse modo, as

concepções feministas circulavam para além dos movimentos sociais, encontrando brechas em ações governamentais que visualizavam a mão-de-obra feminina como fundamental (SARTI,2010).

Todavia, ressalta-se que a reivindicação da mulher em adentrar o espaço profissional, ocorridos com ênfase, a partir das décadas de 1960-1970, incluindo-se a ocupação nos cargos políticos, foi uma reclamação, sobretudo, das mulheres elitizadas. Isto porque conforme Guimarães(2013) a inserção da mulher no mercado profissional em Campina Grande, assim como nas demais cidades, não se apresentava como uma prática estranha para as mulheres pobres. As trabalhadoras da SANBRA, durante o período que esta funcionou, no bairro da Liberdade entre as décadas de 1930-1970; se inseriram como trabalhadoras em decorrência dos maridos não conseguirem manter a casa financeiramente e, em outros casos, serem as mulheres chefes do lar. Tais mulheres vendiam sua força de trabalho de forma barata, numa geografia patriarcal e masculinizada, o que acabou por desvalorizar e associar o trabalho feminino as mulheres pobres e marginalizadas da sociedade. Assim, neste contexto, as mulheres de moral não deveriam suprir o lar financeiramente, nem tão pouco deveriam frequentar estes espaços, haja vista que eram comuns os casos de maus tratos e assédio sexual.

4.3 “Caminhadas pelos bairros” e o Conselho de Mulheres

A permanência de valores patriarcais os quais viam com maus olhos a introdução da mulher em espaços públicos, compreendidos como “masculinizados”, acarretou uma seletiva de quais ambientes profissionais as mulheres da elite deveriam ocupar, estando inclusa a restrição à ocupação em cargos políticos (TERUYA, 2013). Na tentativa de modificar esta forma de pensamento e promover a conscientização masculina quanto à necessidade das mulheres exercerem a “profissão de político”, as organizadoras do MIMDE realizaram uma sequência de ações que ocorreram no período 28 de outubro de 1971 á 04 de novembro de 1971, sendo a primeira delas:

Mulheres Terão Conscientização Sobre Política:

O curso para formação elaborado pelo Conselho de mulheres tendo como meta principal atingir a elite social. Os demais cursos serão realizados nos bairros da Cidade. (...) Foi decididodurante a reuniãoque a escolha final das duas candidaturas á Câmara Municipal, será feita através de uma seleção de 20 mulheres entre todas as que estiverem inscritas em ambos os partidos, destacando-se até agora a Arena com o número de 13 mulheres.(Jornal da Paraíba,28 de outubro de 1971).

O Conselho de Mulheres consistiu em uma entidade elaborada e gerida pelas integrantes do MIMDE. Sua funcionalidade se direcionava em tornar conhecidas as propostas da organização, por parte de outras mulheres da elite campinense que ainda desconheciam as ideias do movimento e a sugestão do mesmo em lançar candidaturas femininas para o pleito vindouro.

As reuniões do Conselho se davam nos bairrosde Campina Grande, nos quais eram ministrados cursos a respeito da importância da candidatura das mulheres e de estas receberem apoio de outras do mesmo gênero para, assim, adentrarem a política campinense. Tal entidade se assemelha aos “conselhos de bairro”, analisados por Sarti(2010) e chamados de “pequenos grupos de reflexão”, com o diferencial de que estes, em contrapartida, eram compostos por mulheres pobres que se reuniam para solucionar problemas referentes à infraestrutura dos bairros em que residiam.

Como um incentivo para a adesão ao Conselho, as futuras candidatas para o pleito de 1972 seriam selecionadas a partir das participantes dos cursos, o que evidencia duas possibilidades: ou as demais mulheres, provenientes das famílias “de posse” de Campina Grande e da Paraíba, eram indiferentes aos movimentos sociais vinculados ao feminismo, considerando o contexto político que era vivenciado; ou talvez as concepções feministas não circulassem com facilidade, visto que ao se analisar as entrevistas das jovens divulgadas pela revista Cabo Branco, não foram encontradas relações das mesmas com os movimentos sociais e interesse pela política que incluísse a mulher nesse âmbito.

O primeiro dos Cursos de Formaçãoocorreu no dia 01 de novembro de 1971 e identificou que não seria impossível que uma jovem, ainda ausente do ensino superior, viesse a ter conhecimento acerca de ideias feministas, conforme o trecho a seguir:

MIMDE se reúne dia 1ª de novembro e fará debate público de mãe com filha.

O movimento de integração da mulher no desenvolvimento (MIMDE) estará reunido mais uma vez no auditório do Centro de Saúde Local, no dia 1^a de novembro. Oportunidade em que serão enfocados diversos assuntos a respeito do atual *status* da mulher brasileira, com o debate entre uma mãe e uma filha. A reunião terá início às 19h30min e as palestrantes que estarão se “enfrentando” no verdadeiro “pinga fogo” de conhecimentos serão a Odontóloga Stela Maria de Oliveira Andrade e sua filha Miristela, aluna 2^a científico. É uma “garotapra frente”. (...) Stela é uma mulher de indiscutível valor e muito conceituada na sociedade recifense, deduzindo-se então que será esta reunião mais um grande tento marcado pelas integrantes do movimento integracional, que em Campina Grande recebe a coordenação da médica Maria Lírida Mendes de Figueiredo.” (29 de outubro de 1971).

“Na noite de segunda feira, do dia 01 de novembro de 1971, a participante e palestrante do Primeiro Encontro Regional do MIMDE, Stela Maria de Oliveira, em conjunto com sua filha Miristela, representada como “garota para frente” - por ter conhecimento e defender as ideias do movimento -, realizam o primeiro Curso de Formação. Além de debaterem das temáticas propostas para serem discutidas nesses encontros, como apresentamos anteriormente, exploraram diversos assuntos relacionados com a atuação feminina no passado e no presente, historicizando, desse modo, a trajetória feminina, apresentando como em épocas diferentes as mulheres eram vistas e tratadas. E que naquele contexto, não mais se constituíam as mulheres em barreiras, mas contribuintes para os diversos setores da sociedade.” (Jornal da Paraíba, 02 de novembro de 1971).

Na noite de segunda feira do dia 01 de novembro de 1971, a participante e palestrante do Primeiro Encontro Regional do MIMDE, Stella Maria de Oliveira, em conjunto com sua filha Miristela, representada como “garota para frente por ter conhecimento e defender as ideias do movimento, realizaram o primeiro curso de formação”. A vinda de ambas, provenientes do Recife, indicou que o MIMDE possivelmente não se restringiu ao espaço sede oficial, no Rio de Janeiro, e à sua “filial” em Campina Grande. Pelo documento exposto, a organização se apresentou como integracional, havendo diálogos com outros movimentos que, se não tinham o mesmo nome, se assemelhavam nas ideias defendidas pelo MIMDE. As organizadoras do MIMDE planejavam realizar outros cursos de formação, inclusive efetivar uma conferência em especial com a escritora e intelectual feminista, Rose Marie Muraro, que se realizaria na noite do dia 07 de novembro de 1971:

Lírida convida a Câmara para palestra amanhã da Escritora Rose Marie Muraro:

Para formular o convite aos Campinenses, estive em visita a Câmara Municipal na tarde de ontem, a médica Lírida Figueiredo, coordenadora do Movimento de Integração da Mulher no Desenvolvimento (MIMDE), a fim de a casa Felix Araújo se fazer representar na conferência da escritora Rose Marie Muraro, amanhã à noite no auditório do Colégio da maculada Conceição, na Praça da Bandeira.” (Jornal da Paraíba, 06 de novembro de 1971).

Não foram encontradas documentações que falassem a respeito da conferência ministrada pela feminista Rose Marie Muraro. Entretanto, pela proximidade da data, sendo sua ocorrência no dia posterior à matéria publicada no Jornal da Paraíba, possivelmente o evento se realizou. O que uma vez mais demonstra o quanto a coordenadora do MIMDE em Campina Grande, a médica Lírida Figueiredo, esteve articulada para com outros segmentos do feminismo no Brasil, haja vista tratar-se de um convite que para com uma escritora de destaque nacional. Por outro lado, o convite que a médica fez, pessoalmente, à Câmara Municipal de Campina Grande para esta conferência, confirmou a preocupação de Lírida em conscientizar os membros da Casa Félix Araújo quanto à candidatura de duas integrantes do MIMDE, bem como a importância da aceitação da mulher como membro necessário nas decisões políticas da cidade. Além de, também, tornar pública e esclarecida as ações da organização, especialmente a conferência que se realizaria, por tratar-se de uma convidada que representava o feminismo, militância que, ainda, não era bem recepcionada pelas autoridades.

Nesse sentido, pode-se entender o convite enquanto uma prática que objetivava evitar que este e os demais eventos não fossem interpretados como atos de encontro à ordem ditatorial, de modo que Lírida e suas aliadas não fossem vistas como coligadas às esquerdistas e às “transgressoras”.

Apesar de Lírida ter se dirigido à Câmara Municipal de Campina Grande para realização do convite, oficialmente estenão foi possível devido o estabelecimento de encontrar-se em sessão extraordinária, apenas estando presentes os vereadores Manoel Joaquim Barbosa e António Alves Pimentel. Não havendo número legal de vereadores presentes no plenário, o convite não chegou a se realizar por falta de “quórum” para deliberação. Isso também se deu por estarem os vereadores à espera da confirmação da vinda do jogador Pelé à Campina Grande, o que resultaria em uma sessão especial para lhe conferir o título de Cidadão Campinense (Jornal da Paraíba, 1971).

Acredita-se que o desinteresse demonstrado pelos vereadores da cidade quanto ao evento, que se realizaria no dia 07 de novembro, fez com que Lírida compreendesse que não havia, ainda, uma conscientização masculina para a pretensão feminina de candidatar-se e inserir-se no cenário político, nem tão pouco

a colaboração e apoio por parte daqueles que, tanto ela quanto as mulheres do MIMDE esperavam.

4.4 O retrocesso ao progresso

Além da conclusão anterior, Lírida possivelmente percebeu que outras práticas corriqueiras no exercício da política também dificultava a participação das mulheres ao pleito municipal de 1972, conforme segue:

Lírida explica desistência do MIMDE na política local:

“Dois motivos nos fizeram adiar nosso propósito quanto às candidaturas femininas: Em pouco tempo percebemos a dificuldade e, talvez mesmo, impossibilidade de elegermos nossas candidatas nos termos em que planejávamos realizar nossa campanha. Sentimos que o povo não estava ainda suficientemente preparado e que – infelizmente- o favor pessoal e a comercialização do voto ainda prevalecem na composição de um eleitorado” (Jornal da Paraíba, 10 de Agosto de 1972).

Outro entrave compreendido por Lírida para as candidaturas corresponde à impossibilidade em lançar as candidatas pelos partidos Arena e MDB, haja vista que nenhum dos partidos apoiou uma das candidaturas. A somar, a permanência do voto como negociável e utilizado em proveito particular e trocas de favores, acabaram por não permitir a oficialização das candidaturas e a desistência por parte do MIMDE na inserção da política local.

O objetivo principal dos membros do MIMDE perpassava a desconstrução desse tipo de política que, na concepção de Lírida, não era democratizante, mas excludente por não permitir as mulheres participação como candidatas do processo eleitoral, nem tão pouco consentia que a sociedade tivesse uma formação política pautada na conscientização do dever cívico do voto e da responsabilidade nas escolhas de seus representantes e governantes.

Em decorrência disso, o sistema político local, bem como o nacional, enraizado nessa estrutura, não dava pertinência para que fosse possível que as mulheres fossem eleitas, embora as ações do MIMDE, incluindo-se esta última, tenha recebido o apoio irrestrito de importantes órgãos de Campina Grande, tais como a Universidade Regional do Nordeste e o Conselho de Desenvolvimento Comunitário (Jornal da Paraíba, 1972). Segundo Passinato (2008), a desconstrução dessa mentalidade política conservadora apenas começou a ocorrer quando a ONU

instituiu o Dia Internacional da Mulher, em 01 de março de 1975. Fato este que deu abertura para que junto à aprovação da data, temas como a inserção da mulher no âmbito político, como também a aprovação de políticas públicas em benefício e em proteção as mulheres, na mesma década, colaborassem para modificar, paulatinamente, a forma masculina de ver o feminino como incapacitada para o exercício na vida pública e política.

Os textos do MIMDE, para a época, aparentemente não foram ouvidos, por terem os homens uma mentalidade conservadora, apoiados por um regime que buscou oprimir as falas dos sujeitos que de alguma forma traziam propostas que desestabilizassem a ordem. Apesar disso, as concepções defendidas pelas participantes do MIMDE com o evento e as ações, posteriormente encontrariam, no decorrer das décadas, um ambiente propício para que fossem realizáveis. Lírida estava consciente de que era apenas uma questão de tempo e de mudanças na ordem política para que a mulher adentrasse a política:

“(...) atingiremos sem nenhuma dúvida, com maior penetração e êxito, a comunidade campinense nesse trabalho de conscientização política, o qual não tem em vista apenas a próxima ou determinada campanha eleitoral, mas deverá se concretizar de maneira continuada através do Instituto de Formação Política que a URN pretende criar. Necessário se faz não apenas que o eleitorado se torne consciente e esclarecido, mas também vocação e formação política. Perfeitamente viável não apenas a candidatura como inclusive a vitória desde que se apresentem mulheres de conhecido gabarito. A mulher campinense já está consciente de suas responsabilidades e deveres de coparticipação, ao lado dos homens, na construção de uma nova sociedade e não faltará o seu apoio às candidaturas femininas que se dispuserem a levar contribuição pessoal à Casa de Félix Araújo.” (Jornal da Paraíba, 10 de Agosto de 1972).

Lírida não sabia dizer quando as mulheres campinenses iriam se candidatar a um novo pleito, estava somente ciente de que continuaria agindo em prol da participação feminina na política local e que insistiria em articula-se com instituições, pessoas influentes e a realização persistente das ações que realizava para que a conscientização almejada se deslocasse para a modificação da forma de pensar dos homens políticos de Campina Grande. As documentações a respeito do MIMDE e dos demais atos de Lírida foram noticiados até o ano de 1972, quando o Jornal da Paraíba divulgou uma última matéria a respeito da desistência a candidatura. Possivelmente após isto, o movimento tenha se desarticulado, pois não foram

encontrados relatos sobre uma possível continuidade.

Apesar disso, as ações das mulheres do MIMDE e de outros movimentos sociais das décadas de 1960-1970 foram fundamentais para que, no decorrer das décadas seguintes, mudanças nos aparato jurídico, estatal e municipal fizessem com que novas leis em defesa da emancipação da mulher fossem aprovadas, propiciando possibilidades de serem aceitas as reivindicações feministas, dentre elas a aceitabilidade de participação no âmbito político.

Na década seguinte, Campina Grande viu Maria Barboza se eleger como vereadora, alcançando o posto de primeira mulher campinense a assumir o cargo, dentro de uma conjuntura política conservadora e ditatorial. Nos anos de 1980 as lutas e conquistas sobre saúde e direitos reprodutivos, articuladas à cidadania feminina, permitiu a criação do dia Nacional da Luta Contra Violência a Mulher, assim como a criação do Conselho Nacional e dos Conselhos Estaduais de Defesa dos Direitos da Mulher. Foi criado o artigo 5º atribuindo igualdades de direitos e deveres entre homens e mulheres, o artigo 226 com princípio de igualdade para as relações familiares. Com o parágrafo 8º criou mecanismos para coibir a violência no âmbito das relações domésticas, mudanças constitucionais que se mantiveram durante as décadas seguintes, ocasionadas pela coação da ONU (PASSINATO,2008). E o mais importante, a criação das Delegacias de Proteção da Mulher, cuja criação fora resultante dos altos índices de violência contra a mulher campinense em 1989 (Jornal da Paraíba, 1990).

Desse modo, se o MIMDE se desarticulou no ano 1972, em decorrência dos obstáculos mencionados, é inegável que após sua realização e de outros movimentos sociais, tais aprovações em prol da proteção e do desenvolvimento da mulher, resultaram de práticas da abertura do regime militar e de seu consequente esfacelamento. Isso devido a década de 1970 consistiu na mais conservadora e perseguidora para aqueles que tentaram impor ou anunciar a possibilidade de mudanças que desestruturariam a ordem estabelecida. Não havia brechas para mudanças e rupturas, ficando muitas vezes, as propostas na circulação de ideias. Podemos dizer que o MIMDE apenas conseguiu tornar públicas as concepções feministas em Campina Grande, mas sem mudanças práticas no cenário político, visto que os homens campinenses continuavam a entender que o lugar da mulher não era na política. Não era “coisa pública”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do capítulo 1 foi analisada a trajetória histórica do Movimento Feminista, com ênfase nas características, concepções e práticas marcantes nas espacialidades em que teve emergência e por outras geografias em que circulou. Ressalta-se ainda, o chamado Movimento Feminista de “Segunda Onda”, por percebe-se, a partir da pesquisa, as aproximações e os distanciamentos entre os movimentos de mulheres oriundo dos Estados Unidos, das décadas de 1960-1970, e o movimento ora estudado.

No segundo capítulo problematizou-se a organização do MIMDE em Campina Grande, as práticas que foram realizadas de modo a proporcionar o evento e o acontecimento propriamente dito, analisando as concepções defendidas pelo grupo, os discursos proferidos, seus contrastes e contradições e os silenciosos que, por muitas vezes, se fizeram presentes pelo próprio espaço social e cultural da mulher, no contexto, bem como a política repressora em vigência.

No terceiro, e último capítulo, foram analisadas as práticas das mulheres do MIMDE após a realização do evento, para uma possível continuidade da organização e a concretude das concepções que foram defendidas no dia evento, especialmente a conscientização política e a *posteriori* eleição de mulheres no intuito de propiciar a aprovação de projetos que culminassem na equiparação dos gêneros.

Assim, entre os anos de 1970-1972, a médica Marias Lírida Mendes de Figueiredo constituiu com outras mulheres de Campina Grande, o Primeiro Encontro Regional do MIMDE. Tais mulheres pertenciam à parte socioeconomicamente privilegiada cidade, o que acabou por caracterizar a organização, de caráter feminista, enquanto uma entidade cujos membros eram compostos por mulheres do que se pode denominar de “elitizadas”. Não foram encontradas informações que afirmassem o contrário. Apenas encontrou-se informações que confirmaram ter sido o MIMDE, durante sua curta trajetória, compostamente por mulheres que pertenciam a este meio social. Dessa forma, o mesmo correspondeu a um evento e uma organização com aspectos excludentes, uma vez que as ideias defendidas se restringiram, pelo menos nesse momento, a circular por pessoas que se relacionavam com a médica supracitada e que frequentavam os mesmos ambientes que ela. O espaço onde se realizou o evento, o Edifício Rique, também se estabelecia

como uma cartografia que tinha como público alvo pessoas de condições socioeconômicas elevadas.

E, por fim, as ações que as integrantes realizaram, posteriormente ao dia 11 de fevereiro de 1971, a saber: a tentativa de inserção de algumas delas na política campinense, elucidam que o próprio ambiente político do contexto apresentado, além de ser demarcado por relações de gênero, era perpassado por representações de classes sociais, haja vista que a conscientização política realizada pelo grupo não incluía as mulheres populares da cidade.

No que concerne em ser a organização uma “entidade feminista”, constatou-se que muitas das concepções defendidas por Lírida e as demais mulheres, se aproximavam das ideias que o chamado feminismo da “Segunda Onda” defendia e divulgava: equiparação e emancipação da mulher com relação ao homem, sua acessibilidade a educação, a profissionalização, a liberdade sexual e expressiva e a participação ativa no meio público, dentre outros.

Doravante, a presente pesquisa se direcionou a se incluir em uma história das apropriações em decorrência de perceber-se que o MIMDEcorrespondeu a uma leitura de concepções e práticas daquilo que outros grupos feministas, denominados “grupos de reflexão” estavam realizando. Grupos que, assim como o MIMDE, estavam em constante diálogo para com essa vertente do feminismo americano. O próprio evento que se realizou em Campina Grande, constituiu-se em uma leitura e uma apropriação do I Encontro Regional do MIMDE realizado no Rio de Janeiro, possivelmente na década anterior. Acrescenta-se que a mentora do evento campinense, Lírida Figueiredo, era uma leitora assídua do que pregava na citada vertente feminista, visto que a mesma além de articulada com outras entidades militantes, viajava por outros países e, assim, tinha acesso a concepções e ações de outros movimentos de caráter semelhante que ocorriam em outras espacialidades. Todavia, a realização do evento e todas as demais ações posteriores a ele, tiveram como cenário um conjunto de aspectos que tornaram dificultosas todas as práticas que perpassaram a trajetória histórica do grupo. A começar pela realização do congresso, que necessitou incluir a presença de autoridades masculinas para se legitimar. Como por exemplo, a presença do coronel Raizer - o que se considera como uma representação negativa para grupos de reflexões como o MIMDE, esquerdista e comunista, estar atrelado a uma política perseguidora operada pelo Regime Militar. Da mesma forma, a recorrência da

política desenvolvimentista desse governo que, por vezes, foi enaltecida durante as palestras ocorridas no evento, em detrimento de outras temáticas, como a ampliação da mulher na política para cargos de governo, também configurou um cenário controverso. Tais ações, utilizadas para a viabilização da continuidade do grupo, nem sempre foram positivas para que as defesas e ideias das representantes do MIMDE viessem a ser realizadas.

Apesar de o evento ter ocorrido com considerável sucesso, o mesmo não se pode dizer quanto às ações que o grupo buscou realizar após o encontro. O principal objetivo da entidade após o dia 11 de fevereiro de 1971 correspondeu em lançar as bases para as candidaturas de mulheres do movimento para os cargos de vereança nas eleições de 1972. Muitos foram os caminhos percorridos para esta finalidade, dentre eles: cursos para a conscientização política; reuniões; palestras; diretrizes; articulações políticas; propaganda em jornais; apoio de organizações educativas; e eventos.

Ainda assim, as candidaturas não foram possíveis por duas questões: a estrutura política do país - cujas eleições indiretas, não permitiam alternância de governos, de gestores, e de militância no setor público, que era composto por arranjos político e o bipartidarismo -; e a permanência de valores conservadores que ainda não viam a mulher como propícia para o ambiente político e para cargos com importância decisória.

Entre ganhos e perdas, considera-se o movimento do MIMDE como uma entidade que fez parte de um conjunto de grupos de reflexões acerca da condição da mulher na década de 1970, e que ajudou a modificar, paulatinamente, formas de ver a mulher e de deslocar o seu lugar na sociedade. As concepções, os desejos e os sonhos das participantes podem não ter obtido uma imediata realização, mas deixaram as sementes que germinariam em conquistas futuras. A aprovação de leis em defesa da mulher, nos melhoramentos de suas condições sociais, econômicas e culturais, assim como a ampliação de seus espaços de atuação, ocorridos no decorrer dos anos de 1980-1990, resultou na concepção de que as ideias feministas foram aos poucos circulando, sendo lidas e apropriadas por diversos sujeitos em diversas cartografias.

Obviamente, no decorrer das décadas muitos foram os seus “frutos”, todavia, em pleno século XXI, ainda não foi alcançada a equiparação desejada por Lírída e por tantas outras mulheres que compuseram esse contexto e os grupos de militância

feminista. Doravante deixam-se os seguintes questionamentos: a equiparação entre os gêneros será, a *posteriori*, efetuada da forma como a Lirida e as outras mulheres almejavam? Serão as mulheres iguais aos homens, não apenas perante a lei, mas também em todas as conquistas sócias, políticas, econômicas e culturais?

6 FONTES

6.1 Fontes impressas

Jornal Diário da Borborema 1960;

Jornal Diário da Borborema 1970;

Jornal Diário Da Borborema 1971;

Jornal Diário da Borborema 09 de fevereiro 1971;

Jornal Diário da Borborema 11 de fevereiro de 1971;

Jornal da Paraíba, 21 de Outubro 1971;

Jornal da Paraíba - 1971 e 1972;

Jornal da Paraíba, 09 de Outubro de 1972;

Revista Cabo Branco, 1971;

Documentos do MINDE 1971: Requerimento; Diretrizes básicas; Programa da Solenidade; Discursos; Palestras; Projetos. Disponíveis no Museu Histórico de Campina Grande;

Processo: 7ª Vara Criminal federal Judicial - JFRJ, 29/04/2014, TRF-2, pág.635. Disponível em:<<http://www.jusbrasil.com.br/diarios/69555187/trf-2-jud-jfrj-29-04-2014-pg-635>>. Acesso em 06/07/2014.

6.2 Fontes iconográficas

Fotografias pertencentes à organizadora do MINDE, a médica Maria Lírida Mendes de Figueiredo, e cedidas pela mesma ao Museu Histórico de Campina Grande.

6.3 Relatos orais

Relato da participante do MIMDE:Advogada Salete Cordeiro.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Martha Esteves. **Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da BelleÉpoque**; Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra. 1989.

ÁLVAREZ GONZÁLEZ, Ana Isabel: **As origens e a comemoração do Dia internacional das mulheres**: Alessandra Ceregatt. 1. ed; Expressão popular: SOF-Sempre viva Organização Feminina. São Paulo, 2010.

ALBERTI, Verena. **História dentro da História**. In: Fontes Históricas/ Carla BassaneziPinsky. Contexto.São Paulo, 2010.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Edusc. Bauru-SP, 2005.

_____. **Ouvir e contar, textos em História Oral**. Editora FGV. Rio de Janeiro, 2004.

_____. **Manual de História Oral**. 3.ed; Editora FGV, Rio de Janeiro, 2005.

BELÉNS, Jussara Natalia Moreira. **“Sob a torre de marfim”. As escolas técnicas Redentoristas, um lugar de memórias, estratégias e práticas de gêneros em Campina Grande (1975-1985)**. João Pessoa-2013.

BRESCIANI, Maria Stella Martins (org.). A mulher e o espaço público. **Revista Brasileira de História 18**, São Paulo, 1989.

BURKE, Peter. **A escrita da história**. São Paulo: Martins Fontes/ Editora da UNESP: 1993.

BUTLER, Judith. Entrevista com Judith Butler, realizada por María Prado Ballarín y Elvira Burgos Díaz, en Elvira Burgos Díaz. **Qué cuenta como una vida. La pregunta por lalibertaden Judith Butler**. Madrid: Antonio Machado Libros, 395-422, 2008.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa. RABAY, Gloria. **Mulher e Política naParaíba: Historias de vida e luta**. Editora Universitária da UFPB, João Pessoa, 2010.

CHARTIER, Roger: **A história cultural entre praticas e representações**; tradução de Maria Manuela Galhardo. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 1990.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. Vozes, Petrópolis, 2012.

COLLING, Ana Maria. **As mulheres e a Ditadura Militar no Brasil**. Disponível em: <<http://www.bibliotecafeminista.org.br>> Acesso em: 09 de Janeiro de 2013.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. Edições Graal. Rio de Janeiro, 1979.

DAVIS, Natalie Zemon. **Nas margens: três mulheres do século XVII**. Companhia das Letras. São Paulo, 1997.

DE LUCA, Tania Regina. **História do, do nos e por meio dos periódicos**. In: Fontes Históricas/ Carla Bassanezi Pinsky. Contexto. São Paulo, 2010.

DÍAZ, Elvira Burgos. **Desconstrução e subversão: Judith Bluhner**. Tradução: Magda Guadalupe dos Santos e Barbara Bastos. SapereAude, v.4, p. 441-464. Belo Horizonte..

FARIAS, Lediane Alves de. **Mídia e Gênero: jornalistas na mídia impressa campinense na década de 1980**. 2012. Disponível em: <www.aninter.com.br> Acesso em: 20 de Abril de 2014.

FREIRE, Rebeca Sobral: **Hip Hop feminista? Convenções de gêneros e feminismos no movimento HipHopSolteiroopolitano**. 2011. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br>> Acesso em: 02 de Outubro de 2013.

GONÇALVES, Andreia Lisly: **História & Gênero**. Autêntica. Belo Horizonte, 2006.

HAGAI, Daniela Karla Portela Guimarães. Dissertação: **Quando o apito tocava no bairro da Liberdade: Memórias e representações**. Campina Grande, 2014.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomas Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro – 8 ed. – D&A. Rio de Janeiro, 2003.

MARTINS, Ricardo Constante. Dissertação: **Ditadura Militar propaganda política: A Revista Manchete durante o governo de Medici**. 1999. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/223885878/Disserta-o-de-Mestrado-Ricardo-Constante-Martins-1>>. Acesso em 10 de Novembro de 2014.

MONTINEGRO, Rosilene. SANTOS, Sandra Raquewdos. SILVA, Fábio Ronaldo (orgs). **Gênero e identidades sexuais práticas e representações sociais**. EDUFPG. Campina Grande, 2012

PEDRO, Joana Maria. PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Nova História das Mulheres**. Contexto. São Paulo, 2012.

PEDRO, Joana Maria. **Relações de Gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea.** Disponível em: <http://www.revistatopoi.org/numero_atual/topoi22/topoi22>. Acesso em: 13 de Julho de 2011.

_____. **Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe.** 2ª ed. UFSC. Florianópolis, 1998.

PERROT, Michelle: **Os Excluídos da História: Operários, Mulheres e Prisioneiros.** Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1988.

_____. **Minha História das Mulheres;** tradução Angela M.S. Côrreia. 2. ed; Contexto, São Paulo, 2012.

PESAVENTO, Sandra J: **História e história cultural.** Autêntica. Belo Horizonte, 2003.

PRIORE, MeryDel(org.). **História das Mulheres no Brasil.** 8 edição. Contexto. São Paulo, 2006.

_____. **Corpo a corpo com a mulher: pequena história da transformação do corpo feminino no Brasil.** Senac. São Paulo, 2000.

_____. **Mulheres no Brasil Colonial.** Contexto. São Paulo, 2000.

RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar.** Paz e Terra, 1985.

RAMOS, Gilmara Salviano. **“Entre o sublime no de mãe e o monstruoso crime”:** Inventariando práticas de aborto e infanticídios na Paraíba, 190/1970. 2009.

SAFFIOTI, Heleieth Lara B. **A mulher na sociedade de classes.** -3 ed.; 528 p. Expressão Popular. São Paulo, 2013.

SILVA, Tomaz Tadeu (organizador). **Identidade e diferença – a perspectiva dos estudos culturais.** Vozes, 133p. Petrópolis, 2000.

SANTOS, Ligia Pereira dos. **Mulher e Violência: histórias do corpo negado.** EDUEP. Campina Grande, 2008.

SCOTT, Joan W. **O enigma da igualdade.** Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 13(1):216, Janeiro-Abril/2005.

TORQUATO, Silvana Fernandes. **Uma outra representação da modernização em Campina Grande: a cidade nas páginas do Diário da Borborema (1960/1980)**. 2011.